

# *Uadi Lammêgo Bulos*

Professor de Direito Constitucional  
Doutor e Mestre em Direito do Estado (PUC-SP)  
Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Constitucional (SBDC)

## *Curso de direito Constitucional*

**12ª edição**  
**revista e atualizada até a**  
**Emenda Constitucional n. 99, de 14-12-2017**  
**2019**

ISBN 978-85-536-0255-1

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B  
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
**SAC** | 0800-0117875  
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h  
[www.editorasaraiva.com.br/contato](http://www.editorasaraiva.com.br/contato)

**Direção executiva** Flávia Alves Bravin  
**Direção editorial** Renata Pascual Müller  
**Gerência editorial** Roberto Navarro

**Consultoria acadêmica** Murilo Angeli Dias dos Santos

**Edição** Eveline Gonçalves Denardi (coord.)  
Iris Ferrão

**Produção editorial** Ana Cristina Garcia (coord.)  
Luciana Cordeiro Shirakawa  
Rosana Peroni Fazolari

**Arte e digital** Mônica Landi (coord.)  
Claudirene de Moura Santos Silva  
Fernanda Matajs  
Guilherme H. M. Salvador  
Tiago Dela Rosa  
Verônica Pivisan Reis

**Planejamento e processos** Clarissa Boraschi Maria (coord.)  
Juliana Bojczuk Fermino  
Kelli Priscila Pinto  
Marília Cordeiro  
Fernando Penteadó  
Mônica Gonçalves Dias  
Tatiana dos Santos Romão

**Novos projetos** Fernando Alves

**Diagramação** Ofá Design

**Revisão** Ana Cortazzo

**Capa** IDÉE arte e comunicação

**Produção gráfica** Marli Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

**Impressão e acabamento** BMF Gráfica e Editora

Bulos, Uadi Lammêgo

Curso de direito constitucional / Uadi Lammêgo Bulos. – 12. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

Bibliografia

1. Brasil - Constituição (1988) 2. Direito constitucional - Brasil  
3. Direitos humanos - Brasil 4. I. Título.

18-1055

CDU 342.4(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito constitucional : Brasil 342.4(81)

**Data de fechamento da edição: 14-12-2018**

Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605134 CAE 630542

MANUS

## SUMÁRIO

Obras do autor .....	5
Abreviaturas e siglas.....	11
Novidades da 12ª edição.....	49
Como estudar Direito Constitucional .....	51
<b>Capítulo 1 — DIREITO CONSTITUCIONAL</b>	
1. A terminologia <i>Direito Constitucional</i> .....	55
2. Noção de Direito Constitucional.....	56
3. Objeto do Direito Constitucional.....	57
4. Conteúdo do Direito Constitucional .....	58
4.1. Direito Constitucional Positivo.....	59
4.2. Direito Constitucional Comparado .....	59
4.3. Direito Constitucional geral .....	60
4.4. Direito Constitucional material e formal .....	60
4.5. Direito Constitucional Internacional .....	62
4.6. Direito Constitucional Comunitário .....	62
<b>Capítulo 2 — CONSTITUCIONALISMO</b>	
1. Constitucionalismo: palavra recente numa ideia remota.....	64
2. Sentidos do constitucionalismo .....	64
2.1. Constitucionalismo em sentido amplo.....	64
2.2. Constitucionalismo em sentido estrito.....	65
3. Constitucionalismo e estabelecimento de regimes constitucionais.....	66
4. Evolução do constitucionalismo.....	66
4.1. Constitucionalismo primitivo .....	66
4.2. Constitucionalismo antigo.....	68
4.3. Constitucionalismo medieval.....	69
4.4. Constitucionalismo moderno .....	71
4.5. Constitucionalismo contemporâneo .....	76
4.5.1. Neoconstitucionalismo .....	79
a) O que é neoconstitucionalismo.....	80
b) Origem do neoconstitucionalismo.....	80
c) Características do neoconstitucionalismo.....	80
d) Acepções do termo <i>neoconstitucionalismo</i> .....	81
d.1) Neoconstitucionalismo como modelo axiológico de constituição normativa ..	81
d.2) Neoconstitucionalismo como modelo de Estado de Direito, implantado com base em determinada forma de organização política .....	81
d.3) Neoconstitucionalismo como conjunto de ideias hauridas de uma “nova” Teoria do Direito .....	82
d.3.1) Neoconstitucionalismo em face das teses pós-positivistas .....	82
d.3.2) Neoconstitucionalismo em face da tese do <i>soft positivism</i> .....	83
d.3.3) Neoconstitucionalismo em face da tese do positivismo inclusivo e suas variantes .....	83
d.3.4) Neoconstitucionalismo como ponto de confluência entre o positivismo, o jusnaturalismo e o realismo jurídico.....	84
d.3.5) Neoconstitucionalismo em face da tese do moralismo jurídico.....	85

d.4) Neoconstitucionalismo como marco histórico, filosófico e teórico .....	86
e) Crítica ao neoconstitucionalismo .....	86
f) Neoconstitucionalismo em seu devido lugar .....	89
4.5.2. Transconstitucionalismo .....	90
a) O que é transconstitucionalismo .....	90
b) Cronologia do transconstitucionalismo .....	91
c) Transconstitucionalismo <i>stricto sensu</i> .....	92
c.1) Características do transconstitucionalismo <i>stricto sensu</i> .....	93
d) Transconstitucionalismo <i>lato sensu</i> .....	93
d.1) Características do transconstitucionalismo <i>lato sensu</i> .....	94
e) Como o transconstitucionalismo pode se apresentar .....	94
f) Transconstitucionalismo na jurisprudência do STF .....	95
f.1) Diálogo transconstitucional do STF com outras Cortes de Justiça .....	96
4.6. Constitucionalismo do porvir .....	97

### Capítulo 3 — CONSTITUIÇÃO

1. Teoria da Constituição .....	99
2. Noção de constituição .....	100
3. Constituição e carta constitucional .....	101
4. Grafia da palavra <i>constituição</i> .....	102
5. Sentidos tradicionais de constituição .....	102
5.1. Constituição sociológica .....	103
5.2. Constituição jurídica .....	103
5.3. Constituição política .....	104
6. Outros sentidos de constituição .....	104
6.1. Constituição jusnaturalista .....	104
6.2. Constituição positivista .....	104
6.3. Constituição marxista .....	105
6.4. Constituição institucionalista .....	105
6.5. Constituição culturalista .....	105
6.6. Constituição estruturalista .....	105
6.7. Constituição biomédica .....	105
6.8. Constituição compromissória .....	106
6.9. Constituição suave .....	106
6.10. Constituição em branco .....	107
6.11. Constituição plástica .....	107
6.12. Constituição empresarial .....	108
6.13. Constituição oral .....	108
6.14. Constituição instrumental .....	108
6.15. Constituição como estatuto do poder .....	109
7. Sentidos contemporâneos de constituição .....	109
7.1. Constituição como ordem material e aberta da comunidade .....	109
7.2. Constituição dirigente .....	109
7.3. Constituição como instrumento de realização da atividade estatal .....	110
7.4. Constituições subconstitucionais ou subconstituições .....	110
7.5. Constituição como documento regulador do sistema político .....	111
7.6. Constituição como processo público .....	111
7.7. Constituição como meio de resolução de conflitos .....	112
7.8. Constituição como garantia do <i>status</i> econômico e social .....	112
7.9. Constituição.com ( <i>crowdsourcing</i> ) .....	112
8. Classificação das constituições .....	113
8.1. Quanto à origem: históricas, democráticas, outorgadas, pactuadas, cesaristas .....	114
8.2. Quanto à essência: normativas, semânticas e nominais .....	115

8.3. Quanto à sistematização: unitárias e variadas .....	115
8.4. Quanto à ideologia: ortodoxas e ecléticas .....	116
8.5. Quanto à extensão: sintéticas e analíticas .....	116
8.6. Quanto ao conteúdo: materiais e formais .....	116
8.7. Quanto à forma: escritas e não escritas .....	117
8.8. Quanto ao processo de mudança: rígidas, flexíveis, transitoriamente flexíveis, semirrígidas, fixas e imutáveis .....	118
9. Classificação da Constituição brasileira .....	120
9.1. Quanto à origem: democrática .....	120
9.2. Quanto à essência: nominal .....	120
9.3. Quanto à sistematização: unitária .....	120
9.4. Quanto à ideologia: eclética .....	120
9.5. Quanto à extensão: analítica .....	120
9.6. Quanto ao conteúdo: formal .....	121
9.7. Quanto à forma: escrita .....	121
9.8. Quanto ao processo de mudança: rígida .....	121
10. Elementos mínimo-irredutíveis das constituições .....	122
11. Heteroconstituições .....	124

#### Capítulo 4 — RIGIDEZ E SUPREMACIA DAS CONSTITUIÇÕES

1. Princípio da rigidez constitucional .....	126
1.1. Grau da rigidez constitucional .....	126
a) Grau máximo: constituições super-rígidas .....	126
b) Grau médio: constituições rígidas .....	126
c) Grau mínimo: constituições pouco rígidas .....	127
2. Princípio da supremacia constitucional .....	128
2.1. Princípio da supremacia na jurisprudência do STF .....	129
2.2. Reflexos da supremacia constitucional na ordem jurídica .....	130
2.3. Supremacia formal da constituição .....	131
2.4. Supremacia material da constituição .....	131
3. Supremacia constitucional e força normativa da constituição .....	132
4. Derrotabilidade de normas constitucionais .....	133
5. Exortação ao dever de obediência à supremacia constitucional .....	136

#### Capítulo 5 — INCONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS

1. Noção de constitucionalidade e inconstitucionalidade .....	138
2. Inconstitucionalidade e ilegalidade .....	140
3. Inconstitucionalidade das leis e atos normativos .....	140
3.1. Requisitos formais (procedimentais ou instrumentais) .....	141
a) Requisitos formais subjetivos .....	141
b) Requisitos formais objetivos .....	141
3.2. Requisitos materiais (substanciais ou de conteúdo) .....	142
4. Diferentes tipos de inconstitucionalidade .....	143
4.1. Inconstitucionalidade formal (instrumental ou extrínseca) .....	143
4.2. Inconstitucionalidade material (substancial ou intrínseca) .....	145
4.3. Inconstitucionalidade por ação e por omissão .....	150
4.4. Inconstitucionalidade total e parcial .....	153
4.5. Inconstitucionalidade direta e indireta .....	156
4.6. Inconstitucionalidade antecedente e consequente .....	158
4.7. Inconstitucionalidade causal .....	159
4.8. Inconstitucionalidade presente e pretérita .....	159
4.9. Inconstitucionalidade originária e superveniente .....	160
4.10. Inconstitucionalidade progressiva: a lei ainda constitucional e as situações constitucionais imperfeitas .....	163

5. Lei anterior incompatível com a Carta Magna: revogação .....	165
6. Inconstitucionalidade dos atos públicos e privados .....	166
7. Sanção de inconstitucionalidade .....	167
7.1. Regime da sanção de nulidade .....	168
7.2. Regime da sanção de anulabilidade .....	169
8. Recusa dos particulares a cumprir leis inconstitucionais .....	170
8.1. Direito de resistência e desobediência civil dos particulares .....	171
9. Recusa dos Poderes Públicos a cumprir leis inconstitucionais .....	175
10. Bloco de constitucionalidade (ou parâmetro constitucional) .....	179

## Capítulo 6 — CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

1. Noção de controle de constitucionalidade .....	186
1.1. <i>A graphê paranomôn</i> .....	186
2. Fundamentos do controle de constitucionalidade .....	187
3. Todo ato inconstitucional é suscetível de controle? .....	188
4. Espécies do controle de constitucionalidade .....	190
4.1. Controles quanto ao órgão fiscalizador .....	190
a) Controle político .....	191
b) Controle jurisdicional (judiciário ou jurídico) .....	191
c) Controle misto (ecléctico ou híbrido) .....	192
4.2. Controles quanto ao momento da fiscalização .....	192
a) Controle preventivo .....	192
b) Controle repressivo .....	192
5. Sistemas de controle da constitucionalidade .....	192
a) Sistema americano de controle da constitucionalidade .....	193
b) Sistema austríaco de controle da constitucionalidade .....	195
6. Modelos de controle da constitucionalidade no Direito Comparado .....	197
6.1. Portugal .....	197
6.2. França .....	197
6.3. Alemanha .....	198
6.4. Espanha .....	199
6.5. Itália .....	199
7. Modelo brasileiro de controle da constitucionalidade .....	200
7.1. Evolução do modelo brasileiro do controle de constitucionalidade .....	201
a) Constituição de 1824 .....	201
b) Constituição de 1891 .....	201
c) Constituição de 1934 .....	202
d) Constituição de 1937 .....	202
e) Constituição de 1946 .....	203
f) Constituição de 1967 (EC n. 1/69) .....	203
g) Constituição de 1988 .....	204
8. Controle jurisdicional de constitucionalidade .....	204
8.1. Vias jurisdicionais de declaração da inconstitucionalidade .....	204
8.1.1. Controle difuso da constitucionalidade .....	205
8.1.2. Controle difuso em sede de ação civil pública: possibilidade .....	207
8.1.3. Matérias afetas ao controle difuso .....	208
a) Lei ou ato normativo municipal em face das cartas estaduais .....	208
b) Lei ou ato normativo municipal em face da Carta Federal .....	210
c) Leis ou atos normativos distritais .....	210
d) Espécies normativas (CF, art. 59) .....	211
d.1) Emendas constitucionais .....	211
d.2) Medidas provisórias .....	212
e) Tratados internacionais .....	213
f) Leis estrangeiras inconstitucionais .....	213

g) Atos normativos privados.....	215
8.1.4. Matérias alheias ao controle difuso .....	215
a) Leis ou atos normativos revogados (anteriores à CF) .....	215
b) Normas constitucionais originárias .....	215
c) Ato inconstitucional com efeitos <i>erga omnes</i> .....	215
d) Crises de legalidade.....	216
e) Leis e atos de efeitos concretos .....	216
f) Súmulas (inclusive as súmulas vinculantes) .....	216
g) Ementas de leis diversas de seu conteúdo .....	216
h) Respostas do Tribunal Superior Eleitoral.....	216
i) Convenções coletivas de trabalho.....	216
j) Normas regimentais do processo legislativo.....	216
k) Resoluções do CNJ e do CNMP .....	216
8.1.5. Controle difuso do processo legislativo .....	217
a) Controle difuso durante o trâmite do processo legislativo .....	218
b) Controle difuso de normas regimentais: impossibilidade.....	219
c) Controle difuso das propostas de emendas à constituição (PECs) .....	223
8.1.6. Senado Federal no controle difuso (CF, art. 52, X) .....	225
a) Campo de aplicação do art. 52, X, da Constituição brasileira.....	225
b) Suspensão da excoutoriedade do ato inconstitucional .....	226
c) Abrangência da resolução senatorial: a terminologia “no todo ou em parte” .....	227
d) Impossibilidade de o Senado alterar a resolução por ele editada .....	228
e) Efeitos da resolução senatorial.....	228
f) O Senado não está obrigado a suspender o ato inconstitucional.....	228
g) O art. 52, X, da Carta Magna sofreu mutação constitucional? .....	229
8.2. Controle concentrado da constitucionalidade .....	235
8.2.1. Controle concentrado em sede de ação civil pública: impossibilidade .....	236
8.2.2. Controle concentrado do processo legislativo: impossibilidade.....	236
8.2.3. Supremo Tribunal Federal no controle concentrado.....	237
8.2.4. Mecanismos do controle concentrado da constitucionalidade .....	238
8.2.5. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva .....	239
a) Noção.....	240
b) Natureza jurídica .....	242
c) Particularidades do instituto .....	242
d) Finalidade.....	243
e) Objeto.....	244
f) Competência .....	245
g) Ação interventiva no plano estadual.....	245
h) Legitimidade .....	246
i) Partes.....	246
j) Lei n. 12.562/2011: processo e julgamento.....	247
k) Medida cautelar .....	250
l) Embargos infringentes .....	251
m) Sentença e julgamento .....	252
n) Efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal .....	253
8.2.6. Ação direta de inconstitucionalidade genérica.....	253
a) Noção.....	254
b) Natureza jurídica .....	254
c) Finalidade.....	256
d) Competência .....	257
e) Leis e atos normativos.....	258
f) Matérias que constituem objeto da ação direta genérica .....	258
f.1) Leis ou atos normativos estaduais.....	259
f.2) Leis ou atos normativos distritais .....	260

f.3) Decretos autônomos e atos regulamentares .....	261
f.4) Princípio da razoabilidade.....	263
f.5) Decisões normativas dos tribunais .....	263
f.6) Espécies normativas .....	264
f.7) Emendas constitucionais.....	264
f.8) Medidas provisórias .....	269
f.9) Tratados internacionais .....	271
f.10) Resoluções do CNJ e do CNMP .....	273
f.11) Leis de diretrizes orçamentárias.....	273
g) Matérias que não constituem objeto da ação direta genérica .....	273
g.1) Lei ou ato normativo municipal em face da Carta Federal.....	274
g.2) Leis ou atos normativos revogados (anteriores à CF) .....	274
g.3) Atos normativos privados.....	275
g.4) Crises de legalidade.....	275
g.5) Leis e atos de efeitos concretos .....	276
g.6) Súmulas.....	277
g.7) Ementas de leis diversas de seu conteúdo .....	277
g.8) Respostas do Tribunal Superior Eleitoral.....	277
g.9) Normas constitucionais originárias .....	277
g.10) Convenções coletivas de trabalho .....	279
g.11) Inconstitucionalidade reflexa .....	279
g.12) Leis estrangeiras inconstitucionais .....	279
g.13) Propostas legislativas ou projetos de leis.....	279
h) Legitimidade .....	279
h.1) Legitimidade ativa .....	280
h.2) Legitimidade passiva .....	289
i) Advogado-Geral da União: o curador da constitucionalidade.....	289
j) Procurador-Geral da República: o fiscal da lei.....	291
k) Procedimento .....	292
l) Petição inicial .....	292
m) Procuração.....	293
n) Prazo para pedido de informações.....	294
o) Requisição de informações adicionais .....	294
p) Litisconsórcio .....	295
q) <i>Amicus curiae</i> (Lei n. 9.869/99, art. 7º, § 2º) .....	295
r) Impossibilidade de intervenção de terceiros .....	300
s) Impossibilidade de oposição .....	300
t) Impossibilidade de desistência .....	301
u) Arguição de suspeição e impedimento .....	301
v) Prescrição e decadência .....	301
w) Tramitação paralela de ações diretas no Tribunal local e no STF .....	302
x) Medida cautelar.....	302
y) Decisão final.....	307
y.1) Coisa julgada na ação direta de inconstitucionalidade genérica .....	307
y.2) Ação rescisória nas ações diretas e coisa julgada inconstitucional .....	309
z) Reclamação.....	313
8.2.7. Ação declaratória de constitucionalidade.....	316
a) Noção.....	317
b) Natureza jurídica .....	317
c) Finalidade.....	317
d) Competência .....	318
e) Características.....	318
f) Objeto.....	318



g) Legitimidade .....	319
h) Manifestação do Procurador-Geral da República .....	320
i) Processo e julgamento .....	321
j) Medida cautelar .....	322
k) Decisão final.....	323
k.1) Efeitos da decisão final.....	324
k.2) Coisa julgada na ação declaratória de constitucionalidade.....	325
l) Reclamação.....	327
8.2.8. Arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	327
a) Noção.....	328
b) Finalidade.....	328
c) Natureza jurídica .....	329
d) Cabimento .....	330
d.1) Atos que comportam ADPF .....	330
d.2) Atos que não comportam ADPF.....	332
e) Subsidiariedade: inexistência de outro meio idôneo .....	332
f) Que é preceito fundamental? .....	334
g) Advento da Lei n. 9.882/99.....	335
h) Competência .....	336
i) Espécies de arguição: preventiva, repressiva, autônoma e incidental .....	336
j) É inconstitucional o parágrafo único, I, do art. 1º da Lei n. 9.882/99? .....	337
k) ADPF nas Constituições estaduais: possibilidade .....	338
l) Legitimidade ativa .....	338
m) Legitimidade passiva .....	339
n) Pertinência temática.....	339
o) Procedimento .....	339
p) Medida cautelar.....	340
q) Participação do Ministério Público .....	340
r) Decisão.....	340
8.2.9. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão .....	341
a) Noção.....	342
b) Previsão constitucional .....	342
c) Previsão infraconstitucional .....	342
d) Finalidade.....	342
e) Cabimento .....	343
f) Competência .....	344
g) Ação por omissão nas Cartas estaduais.....	344
h) Legitimidade ativa e pertinência temática .....	344
i) Legitimidade passiva.....	345
j) Procedimento .....	345
k) Prazo .....	345
l) Medida cautelar.....	346
m) Decisão do STF que declara a omissão inconstitucional.....	347
8.3. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade.....	348
8.3.1. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle difuso.....	348
a) Teoria da transcendência dos motivos determinantes no controle difuso .....	349
8.3.2. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle concentrado .....	351
9. Fórmulas de preclusão e efeitos da decisão nos planos normativo e dos atos singulares.....	365
10. Princípios jurisprudenciais regentes do controle concentrado.....	365
a) Princípio da não incidência do efeito vinculante aos atos do Poder Legislativo.....	366
b) Princípio da modulação temporal dos efeitos do controle concentrado de normas .....	367
c) Princípio da transcendência dos motivos determinantes.....	368
d) Princípio da expansão da sentença declaratória de inconstitucionalidade.....	369

e) Princípio da proibição ao atalamento constitucional.....	370
f) Princípio da parcelaridade.....	371
g) Princípio da interpretação conforme à constituição como técnica de controle concentrado de normas .....	371
h) Princípio da declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução do texto .....	371
i) Princípio da declaração de inconstitucionalidade sem a pronúncia da nulidade.....	373
j) Princípio da declaração de inconstitucionalidade da norma ainda constitucional, mas em trânsito para a inconstitucionalidade .....	374
k) Princípio do apelo ao legislador .....	374
l) Princípio da reserva do impossível.....	375
m) Princípio da reserva do possível.....	377
m.1) Reserva do possível e a Teoria do direito de ter direitos.....	380
11. Controle de constitucionalidade por elevação da causa .....	382
12. Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	384
13. Cláusula de reserva de plenário (CF, art. 97; CPC, arts. 480 a 482) .....	386
14. Controle preventivo de constitucionalidade .....	390
14.1. Colocação da matéria.....	390
14.2. Controle preventivo realizado pelas Comissões de Constituição e Justiça .....	390
14.3. Controle preventivo realizado pelo Chefe do Poder Executivo (veto jurídico) .....	391
15. Controle repressivo de constitucionalidade .....	392
15.1. Colocação da matéria.....	392
15.2. A regra é o Judiciário realizar o controle repressivo de constitucionalidade.....	392
15.3. Casos excepcionais em que o controle repressivo é realizado pelo Legislativo.....	392
15.3.1. Poder congressional de sustar atos normativos do Executivo (CF, art. 49, V) .....	392
15.3.2. Apreciação congressional de medidas provisórias (CF, art. 62, §§ 3º, 5º e 10) .....	393

## Capítulo 7 — PODER CONSTITUINTE

1. Significado.....	394
2. Concepção clássica: a teoria de Emmanuel Joseph Sieyès .....	395
3. Formas de manifestação .....	398
4. Existe um poder constituinte “municipal”? .....	399
5. Etapa de criação constitucional: o poder constituinte originário .....	400
5.1. Natureza.....	400
5.2. Características.....	401
5.3. Espécies .....	402
a) Poder constituinte formal .....	402
b) Poder constituinte material.....	402
c) Poder constituinte revolucionário .....	402
5.4. Titularidade.....	403
5.5. Exercício.....	404
5.6. Limites extrajurídicos .....	405
5.6.1. Limites ideológicos.....	406
5.6.2. Limites institucionais.....	407
5.6.3. Limites substanciais (transcendentes, imanentes e heterônomos) .....	407
6. Etapa de reforma constitucional: o poder constituinte derivado .....	408
6.1. Natureza.....	408
6.2. Características.....	409
6.3. Espécies.....	409
6.4. Titularidade e exercício.....	410
6.5. Emenda e revisão: espécies do gênero “reforma constitucional” .....	410
6.6. Regime jurídico do poder constituinte derivado.....	411
6.7. Limites do poder reformador.....	411
6.8. Limites expressos .....	412
6.8.1. Limites formais.....	412

6.8.2. Limites circunstanciais.....	413
6.8.3. Limites materiais.....	414
a) Cláusulas pétreas.....	417
b) Extensão das cláusulas pétreas.....	417
c) As cláusulas pétreas podem ser reformuladas?.....	419
d) Eficácia das cláusulas pétreas.....	421
6.9. Limites implícitos.....	421
6.9.1. Limites implícitos aos direitos e garantias fundamentais.....	422
6.9.2. Limites implícitos à titularidade do poder constituinte originário.....	422
6.9.3. Limites implícitos à titularidade do poder reformador.....	422
6.9.4. Limites implícitos ao processo legislativo especial de reforma.....	422
7. Etapa de criação e reforma das cartas estaduais: o poder constituinte decorrente.....	423
7.1. Natureza.....	423
7.2. Características.....	424
7.3. Espécies.....	424
a) Poder constituinte decorrente institucionalizador.....	424
b) Poder constituinte decorrente reformador.....	426
7.4. Titularidade e exercício.....	426
7.5. Regime jurídico do poder constituinte decorrente.....	428
7.6. Limites.....	428
7.6.1. Limites autônomos.....	429
a) Princípios constitucionais sensíveis (ou enumerados).....	430
b) Princípios constitucionais organizatórios (ou estabelecidos).....	430
c) Princípios constitucionais extensíveis.....	432
7.6.2. Limites heterônomos.....	433
8. Etapa da mutação constitucional: o poder constituinte difuso.....	434
8.1. Natureza.....	434
8.2. Características.....	434
8.3. Manifestação.....	435
8.4. Mutações constitucionais.....	435
8.4.1. Terminologia.....	436
8.4.2. Como se apresentam.....	436
8.4.3. Categorias.....	437
8.4.4. Rigidez e mutabilidade.....	438
8.4.5. Limites das mutações constitucionais.....	439
8.5. Mutações inconstitucionais.....	439
8.6. Manipulações constitucionais.....	440
8.7. Manipulações inconstitucionais.....	441
8.8. Ativismo judicial: perigoso veículo de fraude à Constituição.....	442
9. Etapa da criação e reforma das constituições supranacionais: o poder constituinte transnacional.....	444

## Capítulo 8 — INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

1. O que é interpretar a Constituição.....	446
2. A interpretação constitucional é indispensável.....	447
3. A quem compete interpretar a Constituição?.....	447
4. Inexiste interpretação “especificamente” constitucional.....	449
5. Teoria da argumentação na exegese constitucional.....	451
6. Não há receita pronta e acabada para interpretar a Constituição.....	453
7. Métodos de interpretação constitucional.....	455
7.1. Métodos clássicos de interpretação constitucional.....	455
7.1.1. Os problemas jurídicos sob a lente da Constituição.....	457
7.2. Métodos modernos de interpretação constitucional.....	458
8. Princípios de interpretação constitucional.....	459
a) Princípio da unidade da Constituição.....	459

b) Princípio da correção funcional.....	459
c) Princípio da concordância prática (ou da harmonização) .....	460
d) Princípio da eficácia integradora (ou do efeito integrador) .....	460
e) Princípio da força normativa da constituição .....	461
f) Princípio da máxima efetividade .....	461
g) Princípio da razoabilidade (ou da proporcionalidade) .....	461
h) Princípio da conformidade (ou da justeza constitucional) .....	461
9. Técnicas de interpretação constitucional .....	463
a) Técnica da ponderação de valores (ou interesses).....	463
b) Técnica da otimização de princípios.....	467
c) Técnica da filtragem constitucional.....	467
10. Postulado do legislador racional.....	468
11. Síndrome da interpretação retrospectiva das constituições.....	469
12. Interpretação inconstitucional de leis “constitucionais” .....	469
13. Interpretação constitucional de leis “inconstitucionais” .....	470
14. Interpretação conforme à Constituição .....	470
a) Interpretação conforme com redução do texto .....	474
b) Interpretação conforme sem redução do texto.....	474

## Capítulo 9 — APLICABILIDADE E EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

1. Aplicabilidade constitucional .....	476
2. Eficácia constitucional .....	476
3. Eficácia normativa das constituições .....	477
4. Eficácia social das constituições .....	478
5. Classificação da aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais .....	478
a) Normas constitucionais de eficácia absoluta e aplicabilidade imediata.....	479
b) Normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade imediata .....	480
c) Normas constitucionais de eficácia contida e aplicabilidade imediata .....	481
c.1) Enquadramento eficaz do art. 5º, § 1º, da Carta de 1988 .....	482
d) Normas constitucionais de eficácia limitada e aplicabilidade diferida .....	482
d.1) Normas limitadas por princípio institutivo.....	483
d.2) Normas limitadas por princípio programático.....	484
e) Normas constitucionais de eficácia esvaída e aplicabilidade esgotada.....	485
f) Normas constitucionais de eficácia exaurida e aplicabilidade esgotada.....	487
6. Imperatividade eficaz das normas constitucionais.....	487
7. Efeitos temporais da norma constitucional .....	488
a) Princípio da recepção .....	489
b) Princípio da recepção material .....	489
c) Princípio da revogação .....	490
d) Princípio da repristinação .....	490
e) Princípio da desconstitucionalização .....	491

## Capítulo 10 — CARACTERÍSTICAS DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

1. Panorama das nossas constituições .....	492
2. Constituição de 1824 .....	492
3. Constituição de 1891 .....	494
4. Constituição de 1934 .....	495
5. Constituição de 1937 .....	495
6. Constituição de 1946 .....	496
7. Constituição de 1967 .....	497
7.1. Emenda Constitucional n. 1/69 à Constituição de 1967.....	498
8. Constituição de 1988 .....	499

## Capítulo 11 — PREÂMBULO CONSTITUCIONAL

1. Significado.....	502
2. Natureza jurídica .....	503

3. Não há inconstitucionalidade por violação do preâmbulo.....	504
4. Mensagem preambular da Constituição de 1988.....	504
5. Evocação à Divindade.....	505
<b>Capítulo 12 — PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS</b>	
1. Que são princípios fundamentais.....	507
2. Princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.....	508
3. Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.....	520
4. Princípios regentes das relações internacionais da República brasileira.....	521
5. Idioma oficial e símbolos da República Federativa do Brasil.....	524
<b>Capítulo 13 — DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS</b>	
1. Teoria geral dos direitos e garantias fundamentais.....	526
2. Que são direitos fundamentais.....	526
3. Natureza jurídica dos direitos e garantias fundamentais.....	527
4. Finalidades dos direitos fundamentais: defesa e instrumentalização.....	527
5. Declarações de direitos fundamentais.....	527
6. Gerações dos direitos fundamentais.....	528
6.1. Gerações, famílias e dimensões dos direitos fundamentais.....	528
a) Direitos fundamentais de primeira geração: direitos individuais.....	529
b) Direitos fundamentais de segunda geração: direitos sociais, econômicos e culturais.....	529
c) Direitos fundamentais de terceira geração: direitos de fraternidade ou solidariedade.....	529
d) Direitos fundamentais de quarta geração: direito dos povos.....	530
e) Direitos fundamentais de quinta geração: direito à paz.....	530
f) Direitos fundamentais de sexta geração: direito à democracia, à informação e ao pluralismo político.....	531
7. Direitos não se confundem com garantias fundamentais.....	532
8. Classificação das garantias fundamentais na Constituição de 1988.....	533
9. Abrangência dos direitos e garantias fundamentais.....	533
10. Características dos direitos e garantias fundamentais.....	534
11. Os direitos e garantias fundamentais, em regra, são relativos.....	534
12. Destinatários dos direitos e garantias fundamentais.....	536
12.1. O estrangeiro e as liberdades públicas.....	536
12.2. Pessoa jurídica e liberdades públicas.....	537
12.3. Empresas estrangeiras e liberdades públicas.....	538
12.4. Quase pessoas jurídicas e liberdades públicas.....	538
13. Caráter vinculante dos direitos e garantias fundamentais.....	539
a) Vinculação legislativa.....	539
b) Vinculação executiva.....	539
c) Vinculação jurisdicional.....	540
14. Eficácia e aplicabilidade dos direitos e garantias fundamentais.....	540
14.1. Eficácia horizontal dos direitos e garantias fundamentais.....	541
14.2. Eficácia horizontal e harmonização de interesses em disputa.....	542
15. Direitos e deveres individuais e coletivos.....	543
16. Direito à vida (art. 5º, <i>caput</i> ).....	543
16.1. Aborto.....	545
16.2. Anencefalia.....	545
16.3. Eutanásia.....	549
16.3.1. “Morte digna”: a experiência norte-americana.....	550
16.4. Suicídio.....	551
16.5. Pena de morte.....	551
16.6. Clonagem.....	553
17. Princípio da igualdade (art. 5º, <i>caput</i> ).....	554
a) Ações afirmativas.....	555
b) Política de cotas na UnB: a ADPF 186.....	557

17.1. Objetivos do princípio da igualdade: posição do STF .....	560
17.2. Igualdade formal e igualdade material .....	561
17.3. Igualdade perante a lei e igualdade na lei .....	561
17.4. Limite de idade em concurso público e princípio da igualdade .....	562
17.5. Igualdade entre homens e mulheres .....	562
17.6. Igualdade entre sexos e admissão em emprego: a Lei n. 9.029/95 .....	563
17.7. Prerrogativa de foro em ações de separação judicial e divórcio direto .....	563
18. Princípio constitucional da legalidade (arts. 5º, II, 37, <i>caput</i> , e 84, IV) .....	564
18.1. Legalidade e reserva legal .....	566
18.2. Princípio da legalidade e outorga do poder regulamentar .....	566
19. Proibição à tortura (art. 5º, III) .....	566
20. Liberdade de manifestação do pensamento (art. 5º, IV) .....	567
20.1. Vedação constitucional ao anonimato: posição do STF .....	569
21. Direito de resposta (art. 5º, V) .....	570
22. Inviolabilidade da intimidade, vida privada, honra e imagem (art. 5º, X) .....	572
22.1. Vida privada e intimidade .....	572
22.2. Honra .....	573
22.3. Imagem .....	573
23. Indenização por dano material, moral, estético e à imagem (art. 5º, V e X) .....	574
23.1. Dano material .....	574
23.2. Dano moral .....	575
23.3. Dano estético .....	576
23.4. Dano à imagem .....	577
24. Liberdade de consciência, de religião e de convicção (art. 5º, VI e VIII) .....	577
24.1. Escusa de consciência .....	579
24.2. Intolerância religiosa .....	580
a) Intolerância religiosa como conduta de ódio .....	581
b) Intolerância religiosa subjetiva e objetiva .....	583
c) Vedação constitucional à intolerância religiosa .....	584
d) Legislação sobre intolerância religiosa .....	587
e) Por uma nova legislação de combate à intolerância religiosa .....	588
25. Assistência religiosa (art. 5º, VII) .....	589
26. Liberdade de expressão (art. 5º, IX) .....	590
26.1. Limites à liberdade de expressão .....	590
27. Inviolabilidade de domicílio (art. 5º, XI) .....	591
27.1. Dia e noite para fins de inviolabilidade domiciliar .....	593
27.2. Inviolabilidade domiciliar e Fisco .....	594
27.3. Inviolabilidade domiciliar e princípio da reserva de jurisdição .....	594
28. Direito ao sigilo (art. 5º, XII) .....	595
28.1. Sigilo de correspondência .....	597
28.2. Sigilo das comunicações telegráficas .....	598
28.3. Sigilo das comunicações de dados .....	598
a) Sigilo bancário .....	599
b) Sigilo fiscal .....	602
c) Quebra dos sigilos bancário e fiscal pelas CPIs .....	603
d) Quebra dos sigilos bancário e fiscal pela Receita Federal .....	604
d.1) Primeiro estágio da jurisprudência do STF: quebra de sigilo só com ordem judicial ...	605
d.2) Segundo estágio da jurisprudência do STF: quebra de sigilo sem ordem judicial .....	606
e) Quebra dos sigilos bancário e fiscal pelo Ministério Público .....	609
28.4. Sigilo das comunicações telefônicas .....	611
a) Intercepção telefônica .....	611
a.1) Considerações sobre a Lei n. 9.296/96 (intercepções telefônicas) .....	612
b) Intercepção telefônica em face do sigilo profissional .....	616
c) Gravação clandestina .....	616
c.1) Absurdo que deve ser combatido .....	619
c.2) Quando uma gravação como meio de prova é válida .....	620
28.5. Sigilo das comunicações telemáticas .....	621

29. Direito de reunião (art. 5º, XVI) .....	622
30. Direito de associação (art. 5º, XVII a XXI) .....	624
31. Direito de propriedade (art. 5º, XXII) .....	626
32. Função social da propriedade (arts. 5º, XXIII; 170; 182, § 2º; e 186, <i>caput</i> ) .....	627
33. Desapropriação (art. 5º, XXIV) .....	628
34. Direito de requisição (art. 5º, XXV) .....	631
35. Garantia à pequena propriedade rural (art. 5º, XXVI) .....	633
36. Proteção aos direitos autorais (art. 5º, XXVII e XXVIII, <i>a e b</i> ) .....	633
37. Proteção à propriedade industrial (art. 5º, XXIX) .....	634
38. Direito de herança (art. 5º, XXX) .....	635
39. Sucessão de bens de estrangeiros situados no Brasil (art. 5º, XXXI) .....	635
40. Defesa do consumidor (arts. 5º, XXXII, e 170, V) .....	636
41. Liberdade de informação (art. 5º, XIV e XXXIII) .....	636
41.1. Liberdade de acesso à informação (art. 5º, XIV) .....	636
a) Sigilo da fonte .....	637
b) O jornalista e a proteção do sigilo da fonte .....	637
41.2. Direito de receber informações dos órgãos públicos (art. 5º, XXXIII) .....	638
a) Decreto n. 5.301/2004 .....	638
b) Decreto n. 5.584/2005 .....	639
c) Lei n. 12.527/2011 .....	639
42. Inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV) .....	640
43. Garantia da estabilidade das relações jurídicas (art. 5º, XXXVI) .....	643
43.1. Direito adquirido .....	644
a) Como funciona a garantia do direito adquirido .....	644
b) Consequências processuais advindas do direito adquirido .....	645
c) Direito adquirido e regime jurídico de instituto de direito .....	646
d) Direito consumado, expectativa de direito e simples faculdades legais .....	647
43.2. Ato jurídico perfeito .....	647
43.3. Coisa julgada .....	648
43.4. Preservação de situações de fato .....	649
44. Tribunal do Júri (art. 5º, XXXVIII) .....	650
44.1. Plenitude de defesa (art. 5º, XXXVIII, <i>a</i> ) .....	650
44.2. Sigilo das votações (art. 5º, XXXVIII, <i>b</i> ) .....	651
44.3. Soberania dos veredictos e recorribilidade da decisão (art. 5º, XXXVIII, <i>c</i> ) .....	652
44.4. Competência do júri quanto aos crimes dolosos contra a vida (art. 5º, XXXVIII, <i>d</i> ) .....	653
44.5. Competências especiais por prerrogativa de função .....	653
45. Garantias constitucionais criminais .....	656
45.1. Legalidade e anterioridade da lei penal incriminadora (art. 5º, XXXIX) .....	656
45.2. Retroatividade da lei penal (art. 5º, XL) .....	657
45.3. Discriminação a direitos e liberdades fundamentais (art. 5º, XLI) .....	658
45.4. Prática de racismo (art. 5º, XLII) .....	658
45.5. Crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia (art. 5º, XLIII) .....	659
45.6. Ação de grupos armados, civis e militares (art. 5º, XLIV) .....	662
45.7. Intransmissibilidade das penas (art. 5º, XLV) .....	662
45.8. Individualização das penas (art. 5º, XLVI) .....	662
45.9. Cumprimento das penas (art. 5º, XLVIII) .....	664
45.10. Prerrogativas dos presos (art. 5º, XLIX, L, LXII a LXVI, LXXV) .....	664
a) Análise da prisão preventiva na ordem constitucional brasileira .....	667
45.11. Identificação criminal (art. 5º, LVIII) .....	670
a) Advento da Lei n. 12.037/2009 .....	671
b) Os não identificados civilmente .....	671
c) Como atestar a identificação civil .....	671
d) O que se inclui na identificação criminal .....	672
e) Direito de requerer a retirada da identificação fotográfica do inquérito ou processo .....	672
f) Revogação da Lei n. 10.054, de 7-12-2000 .....	672
45.12. Ação penal privada subsidiária (art. 5º, LIX) .....	672
45.13. Regra da não prisão (art. 5º, LXI) .....	674
45.14. Prisão civil por dívida (art. 5º, LXVII) .....	675

a) Descumprimento de obrigação alimentar .....	678
b) Prisão civil e prestação alimentícia em atraso.....	678
c) Prisão civil do devedor fiduciário .....	679
46. Extradicação (art. 5º, LI e LII) .....	679
46.1. Regras constitucionais para a extradicação.....	681
46.2. Requisitos legais para a extradicação.....	683
46.3. Competência para processar e julgar o extraditando.....	685
46.4. Deveres do Estado requerente da extradicação.....	685
46.5. Pedido de extensão: entendimento do STF.....	686
46.6. Papel do Supremo Tribunal Federal na extradicação.....	686
46.7. Pedido extradicional: procedimento.....	687
46.8. Prisão no procedimento extradicional.....	688
46.9. Legalidade do ato concessivo de refúgio e natureza dos crimes imputados ao extraditando: o “caso Cesare Battisti” .....	689
46.9.1. Reflexões sobre o “caso Cesare Battisti”.....	692
46.10. Expulsão.....	693
46.11. Extradicação e expulsão de estrangeiro com cônjuge e filhos brasileiros.....	695
47. Devido processo legal (art. 5º, LIV).....	696
47.1. Funcionamento e importância do devido processo legal.....	697
47.2. Qual a amplitude do devido processo legal?.....	697
47.3. Princípios constitucionais derivados do devido processo legal .....	699
a) Princípio implícito do duplo grau de jurisdição .....	699
b) Princípio da razoabilidade.....	701
c) Princípios do juiz e do promotor natural (art. 5º, XXXVII e LIII) .....	703
d) Princípios do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV) .....	705
d.1) Interrogatório por videoconferência .....	708
e) Princípio da proibição da prova ilícita (art. 5º, LVI).....	710
e.1) Uso excepcional das provas ilícitas e princípio da proporcionalidade.....	712
e.2) Convalidação das provas ilícitas em nome da legítima defesa .....	713
e.3) Provas ilícitas por derivação: frutos da árvore envenenada.....	714
f) Princípio da motivação das decisões (art. 93, IX e X) .....	716
g) Princípio da publicidade (arts. 5º, LX, e 93, IX) .....	719
g.1) Mudança de voto depois de proclamado o resultado do julgamento .....	720
h) Princípio da razoável duração do processo (art. 5º, LXXVIII) .....	721
i) Princípio da presunção de inocência (art. 5º, LVII).....	724
i.1) HC 126.292/SP do STF: pena pode ser cumprida após decisão de segunda instância... ..	727
i.1.1) ADCs 43 e 44: possibilidade da execução da pena após condenação em segunda instância .....	729
i.2) Delação premiada .....	732
48. Tratados internacionais e direitos fundamentais (art. 5º, § 2º) .....	734
48.1. Princípio da não tipicidade constitucional .....	734
48.2. Incorporação dos tratados internacionais na ordem jurídica brasileira .....	734
a) Regime jurídico do art. 5º, § 2º, da CF: o novo entendimento do STF .....	736
b) Regime jurídico do art. 5º, § 3º, da CF: equivalência com as emendas constitucionais .....	738
49. Tribunal Penal Internacional (art. 5º, § 4º).....	741
49.1. Estatuto de Roma e prisão de chefe de Estado estrangeiro.....	741
50. Pacto de San José da Costa Rica em face da Constituição brasileira.....	745
a) Finalidades do Pacto de San José da Costa Rica .....	745
b) Pontos de interseção entre o Pacto de San José da Costa Rica e a Constituição brasileira....	745
c) Temas decididos pelo STF com base no Pacto de San José da Costa Rica.....	746

## Capítulo 14 — INSTRUMENTOS DE TUTELA DAS LIBERDADES

1. Que são instrumentos de tutela das liberdades?.....	748
2. Direito de petição (art. 5º, XXXIV, a).....	749



3. Direito de certidão (art. 5º, XXXIV, b) .....	751
4. <i>Habeas corpus</i> (art. 5º, LXVIII) .....	753
4.1. Perfil do <i>habeas corpus</i> .....	754
4.2. Pressupostos constitucionais de impetração .....	760
4.3. Legitimidade ativa no <i>habeas corpus</i> .....	761
4.4. Legitimidade passiva no <i>habeas corpus</i> .....	762
4.5. Ato de particular .....	763
4.6. Ato de Tribunais Regionais Federais ou Tribunais estaduais .....	764
4.7. Ato ilegal imputado a promotor de justiça .....	765
4.8. Ato de membro do Ministério Público Federal .....	766
4.9. Ato de Turma Recursal de Juizados Especiais Criminais .....	766
4.10. Ato de juiz especial nos Juizados Especiais Criminais .....	767
4.11. Punições disciplinares militares .....	768
4.12. Coação ilegal atribuída a Turma do STF .....	768
4.13. Liminar em <i>habeas corpus</i> .....	768
4.14. Empate no <i>habeas corpus</i> : favorecimento ao paciente .....	769
4.15. <i>Habeas corpus</i> e recurso ordinário: ajuizamento simultâneo .....	769
4.16. <i>Habeas corpus</i> e substituição de recurso ordinário constitucional .....	769
5. Mandado de segurança (art. 5º, LXIX) .....	770
5.1. Perfil do mandado de segurança .....	771
5.2. Cabimento do mandado de segurança .....	772
5.3. Legitimidade ativa no mandado de segurança (impetrante) .....	775
5.4. Legitimidade passiva no mandado de segurança (impetrado) .....	777
5.5. Autoridade coatora no mandado de segurança (coator) .....	777
5.6. Procedimento .....	779
a) Petição inicial .....	779
5.7. Prazo para impetração .....	781
5.8. Competência .....	782
a) Competência do Supremo Tribunal Federal .....	782
a.1) Excepcionalmente, compete ao STF julgar <i>mandamus</i> contra ato da própria Corte ....	783
b) Competência do Superior Tribunal de Justiça .....	783
c) Competência dos Tribunais Regionais Federais .....	784
d) Competência dos juízes federais .....	784
e) Competência dos Juizados Especiais .....	784
5.9. Liminar em mandado de segurança .....	784
a) Disciplina da medida liminar na Lei n. 12.016/2009 .....	785
6. Desistência da ação de segurança .....	786
7. Mandado de segurança coletivo (art. 5º, LXX) .....	788
7.1. Regime jurídico .....	788
7.2. Natureza .....	788
7.3. Finalidade: defender direitos coletivos e individuais homogêneos .....	789
7.4. Objeto: não se exige que o direito seja peculiar à classe .....	790
7.5. Impetração simultânea do <i>writ</i> coletivo e individual: possibilidade .....	791
7.6. Legitimidade ativa (impetrantes) .....	791
a) Partidos políticos com representação no Congresso Nacional .....	792
b) Sindicatos, entidades de classe e associações .....	794
7.7. Legitimidade passiva .....	795
7.8. <i>Writ</i> coletivo e litisconsórcio .....	795
7.9. Coisa julgada .....	795
7.10. Liminar em <i>writ</i> coletivo .....	796
8. Mandado de injunção (art. 5º, LXXI) .....	796
8.1. Antecedentes .....	797
8.2. Natureza jurídica .....	797
8.3. Mandado de injunção e ADIn por omissão .....	797

8.4. Requisitos.....	798
8.5. Objeto.....	798
8.6. Legitimidade ativa.....	800
a) Mandado de injunção coletivo.....	800
8.7. Legitimidade passiva.....	802
8.8. Procedimento: Lei n. 13.300/2016.....	803
8.8.1. Petição inicial.....	803
8.8.2. Oitiva do Ministério Público.....	804
8.9. Medida liminar.....	804
8.10. Competência.....	804
8.11. Decisão.....	806
8.12. Efeitos do mandado de injunção.....	806
a) Efeitos do mandado de injunção na Lei n. 13.300/2016.....	808
8.13. Análise da Lei n. 13.300/2016.....	810
9. Habeas data (art. 5º, LXXII).....	811
9.1. Antecedentes.....	812
9.2. Natureza jurídica.....	812
9.3. Finalidades.....	812
9.4. Cabimento.....	813
a) Imprescindibilidade do interesse de agir.....	813
b) Habeas data e dados sigilosos da sociedade e do Estado.....	814
9.5. Legitimidade ativa.....	815
a) Impetração em nome de terceiros.....	815
b) Habeas data coletivo.....	815
9.6. Legitimidade passiva.....	815
9.7. Competência.....	816
9.8. Procedimento (Lei n. 9.507/97).....	817
10. Ação popular (art. 5º, LXXIII).....	819
10.1. Origem.....	819
10.2. Perfil constitucional.....	820
10.3. Finalidade: defender interesses difusos.....	820
10.4. Objeto: combater atos lesivos e ilegais.....	820
10.5. Legitimidade ativa.....	822
10.6. Legitimidade passiva.....	823
10.7. Competência.....	824
10.8. Sentença e coisa julgada.....	825
10.9. Isenção de custas e ônus da sucumbência.....	825

## Capítulo 15 — DIREITOS SOCIAIS

1. Direitos sociais: noção e funcionamento.....	826
2. Finalidade dos direitos sociais.....	826
3. Natureza dos direitos sociais.....	826
4. Sujeito passivo dos direitos sociais.....	827
5. Classificação dos direitos sociais.....	827
6. Efetividade e proteção dos direitos sociais.....	827
7. Direitos sociais e direitos dos trabalhadores.....	828
8. Previsão constitucional dos direitos sociais (art. 6º).....	829
8.1. Alimentação e transporte como direitos sociais básicos: a Emenda Constitucional n. 64/2010.....	831
9. Direitos dos trabalhadores urbanos e rurais (art. 7º).....	832
9.1. Direitos dos trabalhadores domésticos: a Emenda Constitucional n. 72, de 2-4-2013.....	847
10. Liberdade de associação profissional e sindical (art. 8º).....	849
10.1. Princípios constitucionais da liberdade associativa (art. 8º, I a VIII).....	849
10.2. Contribuições confederativa e sindical.....	852
11. Direito de greve (art. 9º).....	854

**Capítulo 16 — DIREITO DE NACIONALIDADE**

1. Significado.....	856
2. Noções correlatas à nacionalidade.....	856
3. Brasileiros natos e naturalizados.....	857
a) Brasileiro nato.....	857
b) Brasileiro naturalizado.....	857
4. Tipos de nacionalidade: originária e secundária.....	858
4.1. Aquisição da nacionalidade originária.....	858
a) Regra do <i>ius solis</i> ou <i>ius loci</i> (art. 12, I, <i>a</i> ).....	859
b) Regra do <i>ius sanguinis</i> + critério funcional (art. 12, I, <i>b</i> ).....	859
c) Regra da nacionalidade potestativa: <i>ius sanguinis</i> + critério residencial + opção confirmati- va (art. 12, I, <i>c</i> ).....	860
c.1) Nacionalidade potestativa e opção.....	860
c.2) Nacionalidade potestativa antes da Carta de 1988.....	861
c.3) Nacionalidade potestativa depois da Carta de 1988.....	861
c.4) ECR n. 3/94: supressão do critério <i>ius sanguinis</i> + registro.....	861
c.5) EC n. 54/2007: registro em repartição competente e maioridade (18 anos completos).....	862
4.2. Aquisição da nacionalidade secundária.....	864
4.2.1. Polipátridas e apátridas (ou <i>Heimatlos</i> ).....	864
a) Polipátridas e os conflitos positivos de nacionalidade.....	864
b) Apátridas e os conflitos negativos de nacionalidade.....	865
4.2.2. Tipos de naturalização.....	866
a) Naturalização tácita (ou grande naturalização).....	866
b) Naturalização expressa (explícita ou taxativa).....	866
b.1) Naturalização ordinária (ou comum).....	866
b.1.1) Quase nacionalidade.....	867
b.2) Naturalização extraordinária (ou quinquenária).....	870
4.2.3. Radicação precoce e conclusão de curso superior.....	871
5. A lei não pode distinguir brasileiros natos e naturalizados.....	873
a) Extradicação (CF, art. 5º, LI).....	873
b) Cargos (CF, art. 12, § 3º).....	873
c) Função (CF, art. 89, VII).....	874
d) Propriedade de empresa jornalística, de radiodifusão sonora, de sons e imagens (CF, art. 222).....	874
6. Perda da nacionalidade.....	875
6.1. Ação de cancelamento de naturalização (perda-punição).....	876
6.2. Naturalização voluntária (perda-mudança).....	876
a) Reconhecimento da nacionalidade originária pela lei estrangeira.....	877
b) Imposição de naturalização pela norma estrangeira.....	877
6.3. Nacionalidade adquirida com fraude à lei.....	877
6.4. Exclusão de hipótese da Carta de 1967.....	878
7. Reaquisição da nacionalidade brasileira perdida.....	878

**Capítulo 17 — DIREITOS POLÍTICOS**

1. Que são direitos políticos.....	879
2. Como se classificam os direitos políticos.....	879
3. Direitos políticos positivos.....	879
3.1. Direito de sufrágio.....	880
a) Natureza jurídica do sufrágio.....	880
b) Espécies de sufrágio.....	881
c) Direito de sufrágio e as capacidades eleitorais ativa e passiva.....	882
c.1) Elegibilidade.....	883
c.2) Condições de elegibilidade (CF, art. 14, § 3º).....	883
d) Exercício do sufrágio: o direito de voto.....	885
d.1) Natureza do voto.....	886
d.2) Características do voto.....	886

d.3) Plebiscito e referendo: formas de exercer o direito de voto.....	887
e) Eleitorado.....	889
e.1) Impossibilidade de “corpos eleitorais”.....	889
3.2. Sistemas eleitorais.....	889
a) Sistema majoritário.....	890
b) Sistema proporcional.....	890
c) Sistema misto.....	891
3.3. Procedimento eleitoral.....	892
4. Direitos políticos negativos.....	892
4.1. Inelegibilidades.....	893
4.1.1. Panorama das inelegibilidades na Constituição de 1988.....	893
a) Inelegibilidades absolutas.....	894
b) Inelegibilidades relativas.....	894
b.1) Inelegibilidade funcional por motivo de reeleição (art. 14, § 5º).....	895
b.2) Inelegibilidade funcional por motivo de desincompatibilização (art. 14, § 6º).....	899
b.3) Inelegibilidade reflexiva — casamento, parentesco ou afinidade (art. 14, § 7º).....	903
b.4) Inelegibilidades militares (art. 14, § 8º).....	908
b.5) Inelegibilidades legais (art. 14, § 9º).....	909
4.2. Privação dos direitos políticos.....	913
4.2.1. Perda dos direitos políticos.....	914
4.2.2. Suspensão dos direitos políticos.....	916
a) Condenação criminal transitada em julgado (CF, art. 15, III): conclusões do STF e do TSE.....	916
b) Condenação criminal transitada em julgado e perda do mandato de parlamentares federais.....	918
c) Condenação criminal transitada em julgado e a Lei Complementar n. 64/90 (art. 1º, I, e).....	920
5. Reaquisição dos direitos políticos.....	920
5.1. Reaquisição dos direitos políticos perdidos.....	920
5.2. Reaquisição dos direitos políticos suspensos.....	921
6. Princípio da anualidade eleitoral.....	921
a) Exceção ao princípio da anualidade eleitoral: hipótese de eleição indireta.....	922
6.1. Criação de Município em ano eleitoral: impossibilidade.....	923
7. Cassação dos direitos políticos.....	923
7.1. Cumprimento imediato das decisões da Justiça Eleitoral.....	924
8. Impugnação de mandato eletivo.....	924
8.1. Ação de impugnação de mandato eletivo.....	925
9. Princípio da fidelidade partidária.....	926
10. Renúncia a mandato parlamentar e coligação.....	928

## Capítulo 18 — PARTIDOS POLÍTICOS

1. Que são partidos políticos?.....	929
2. Origem dos partidos políticos.....	929
3. Partidos políticos na Constituição de 1988.....	929
4. Criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos.....	930
5. Autonomia partidária.....	931
6. Registro partidário.....	933
7. Recursos do fundo partidário e propaganda eleitoral.....	933
8. Partidos políticos e organizações paramilitares.....	935
9. Inconstitucionalidade da cláusula de barreira.....	935
10. Do princípio da verticalização das coligações partidárias à regra da não obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas (CF, art. 17, § 1º).....	936

## Capítulo 19 — ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

1. Organização político-administrativa e divisão espacial do poder.....	939
---	-----

2. Federação .....	939
2.1. O Estado Federal brasileiro.....	941
2.2. Princípio da indissolubilidade do pacto federativo (CF, arts. 1º, <i>caput</i> , e 18, <i>caput</i> ).....	942
2.3. Princípio implícito da simetria federativa.....	942
2.4. Federalismo assimétrico (CF, arts. 23; 43; 151, I; 155, I, <i>b</i> , § 2º, VI e XII, <i>g</i> ).....	943
3. Entidades componentes da federação brasileira .....	944
4. União .....	944
4.1. Bens da União (CF, art. 20, I a XI) .....	945
4.2. Participação em recursos minerais (CF, art. 20, § 1º) .....	947
4.3. Faixa de fronteira (CF, art. 20, § 2º) .....	947
4.4. Regiões administrativas ou de desenvolvimento (CF, art. 43, §§ 1º a 3º) .....	948
5. Estados .....	949
5.1. Autonomia estadual (CF, art. 25).....	950
5.1.1. Organização dos governos estaduais (CF, arts. 27, 28 e 125).....	952
5.2. Bens dos Estados (CF, art. 26, I a IV) .....	955
5.3. Formação de Estados (CF, art. 18, § 3º).....	955
5.4. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões (CF, art. 25, § 3º) .....	956
6. Municípios .....	957
6.1. Autonomia municipal (CF, arts. 1º, <i>caput</i> ; 18, <i>caput</i> ; 29; 30 e 34, VII, <i>c</i> ) .....	958
6.2. Lei orgânica municipal (CF, art. 29) .....	959
6.3. Organização dos governos municipais (CF, arts. 29 e 29-A).....	960
a) Eleição e posse de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores (CF, art. 29, I a III) .....	960
b) Remuneração de prefeitos, vice-prefeitos e secretários municipais (CF, art. 29, V) .....	960
c) Prefeito — perda do mandato (CF, art. 29, XIV).....	961
d) Julgamento do prefeito — foro especial por prerrogativa de função (CF, art. 29, X).....	961
d.1) Competência dos Tribunais de Justiça .....	962
d.2) Competência das Câmaras de Vereadores .....	964
d.3) Competência dos Tribunais Regionais Eleitorais.....	964
d.4) Competência dos Tribunais Regionais Federais .....	964
d.5) Competência dos juízes de direito.....	965
e) Crime de responsabilidade do prefeito (CF, art. 29-A, § 2º).....	966
f) Número de vereadores por Município (CF, art. 29, IV) .....	967
f.1) Primeira redação do art. 29, IV, advinda da manifestação constituinte originária de 1988 .....	967
f.2) Segunda redação do art. 29, IV, proveniente da Emenda Constitucional n. 58/2009.....	969
f.2.1) Inconstitucionalidade do art. 3º, I, da Emenda Constitucional n. 58/2009....	969
f.2.1.1) Decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás .....	971
f.2.1.2) ADIns no Supremo Tribunal Federal .....	971
g) Remuneração de vereadores (CF, art. 29, VI e VII) .....	974
h) Imunidade material dos vereadores (CF, art. 29, VIII) .....	976
i) Proibições e incompatibilidades dos vereadores (CF, art. 29, IX).....	978
j) Crime de responsabilidade do Presidente da Câmara de Vereadores (CF, art. 29-A, § 3º)...	978
k) Funções legislativas e fiscalizatórias da Câmara Municipal (CF, art. 29, XI) .....	979
l) Cooperação no planejamento do Município (CF, art. 29, XII).....	979
m) Iniciativa popular de projetos de lei (CF, art. 29, XIII).....	979
6.4. Fiscalização do Município (CF, art. 31, §§ 1º a 4º).....	979
6.5. Formação de Municípios (CF, art. 18, § 4º — redação dada pela EC n. 16/96).....	980
6.5.1. Emenda Constitucional n. 57/2008.....	982
7. Distrito Federal .....	983
7.1. Natureza .....	983
7.2. Brasília — Capital Federal .....	983
7.3. Autonomia .....	984
7.4. Governo do Distrito Federal.....	986

8. Vedações constitucionais de natureza federativa .....	987
9. Territórios Federais .....	988
9.1. Natureza autárquica .....	989
9.2. Como surgiram os Territórios Federais .....	989
9.3. Não mais existem Territórios Federais no Brasil .....	989
a) Os novos Estados de Roraima e Amapá .....	989
b) Fernando de Noronha: Distrito do Estado de Pernambuco .....	990
9.4. Podem ser criados novos Territórios Federais no Brasil .....	991
10. Competências federativas .....	992
10.1. Repartição de competências federativas .....	993
a) Princípio da predominância do interesse .....	993
b) Técnicas de repartição de competências .....	993
10.2. Panorama das competências federativas na Constituição de 1988 .....	994
10.3. Competências da União .....	997
a) Competências administrativas da União (CF, art. 21, I a XXV) .....	997
a.1) Emenda Constitucional n. 69, de 29 de março de 2012 .....	1000
b) Competências legislativas da União (CF, art. 22, I a XXIX) .....	1000
10.4. Competências dos Estados .....	1005
a) Competência remanescente ou reservada (CF, art. 25, § 1º) .....	1006
b) Competência enumerada (CF, arts. 18, § 4º, e 25, §§ 2º e 3º) .....	1006
c) Competência delegada (CF, art. 22, parágrafo único) .....	1006
d) Competência concorrente (CF, art. 24, I a XVI) .....	1007
e) Competência suplementar (CF, art. 24, §§ 1º a 4º) .....	1007
10.5. Competências do Distrito Federal .....	1007
10.6. Competências dos Municípios .....	1008
10.7. Competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios .....	1010
10.8. Competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal .....	1011
10.9. Competência suplementar dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios .....	1014
11. Intervenção .....	1016
11.1. Intervenção da União nos Estados, no Distrito Federal ou nos Municípios situados em Territórios Federais .....	1017
a) Pressupostos materiais da intervenção federal (CF, art. 34, I a VII) .....	1018
b) Pressupostos formais da intervenção federal (CF, art. 36, I a III) .....	1021
c) Procedimento da intervenção federal .....	1022
c.1) Fase inicial .....	1022
c.2) Fase judicial .....	1022
c.3) Fase do decreto interventivo .....	1023
c.4) Fase do controle político e jurisdicional .....	1023
11.2. Intervenção estadual nos Municípios .....	1024

## Capítulo 20 — ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Significado de Administração Pública na Constituição de 1988 .....	1027
2. Decreto-Lei n. 200/67 .....	1029
2.1. Administração direta .....	1029
2.2. Administração indireta .....	1029
3. Princípios constitucionais da Administração Pública .....	1031
3.1. Princípio da legalidade administrativa .....	1032
3.2. Princípio da impessoalidade administrativa .....	1033
3.3. Princípio da moralidade administrativa .....	1033
3.4. Princípio da publicidade administrativa .....	1036
3.5. Princípio da eficiência administrativa .....	1037
4. Preceitos constitucionais da Administração Pública .....	1039
5. Agentes públicos na Constituição .....	1057
5.1. Agentes políticos .....	1057

5.2. Particulares em regime de colaboração com o Poder Público .....	1058
5.3. Servidores públicos .....	1058
5.3.1. Servidores públicos no exercício de mandato eletivo .....	1059
5.3.2. Direitos sociais dos servidores públicos civis .....	1060
5.3.3. Formação e aperfeiçoamento de servidores públicos.....	1061
5.3.4. Prêmio de produtividade dos servidores públicos.....	1061
5.3.5. Estabilidade e efetividade dos servidores públicos civis.....	1061
5.3.6. Estágio probatório dos servidores públicos civis.....	1062
5.3.7. Perda do cargo do servidor público estável .....	1064
6. Sistema remuneratório dos agentes públicos .....	1066
6.1. Regime jurídico único .....	1066
6.2. Subsídios .....	1067
6.2.1. Irredutibilidade de subsídios .....	1069
6.2.2. Preservação do direito adquirido .....	1069
6.3. Teto remuneratório.....	1070
6.3.1. Emenda Constitucional n. 95/2016: limite de despesas públicas.....	1072
6.4. Regras remuneratórias no âmbito estadual, distrital e municipal .....	1073
6.5. Regras transitórias da EC n. 41/2003 .....	1073
6.6. Princípio da periodicidade .....	1074
6.7. Vinculação e equiparação de espécies remuneratórias.....	1075
6.8. Proibição do “efeito repicão” .....	1076
6.9. Disponibilidade remunerada.....	1077
7. Aposentadoria dos agentes públicos .....	1078
7.1. Contribuição de inativos e pensionistas .....	1079
7.2. Espécies de aposentadoria .....	1081
a) Aposentadoria por invalidez permanente .....	1081
a.1) Emenda Constitucional n. 70, de 29 de março de 2012 .....	1083
b) Aposentadoria compulsória.....	1084
c) Aposentadoria voluntária .....	1085
7.3. Regras para a aposentadoria .....	1085
8. Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios .....	1090
 <b>Capítulo 21 — ORGANIZAÇÃO DOS PODERES</b>	
1. Organização constitucional de Poderes .....	1092
2. Poderes do Estado e defesa das liberdades públicas.....	1094
3. Poder Legislativo .....	1094
3.1. Congresso Nacional.....	1095
a) Atribuições do Congresso Nacional .....	1097
a.1) Competência legislativa do Congresso Nacional (CF, art. 48, I a XV).....	1098
a.2) Competência exclusiva do Congresso Nacional (CF, art. 49, I a XVII) .....	1099
b) Convocação e comparecimento de Ministros de Estado (CF, art. 50, §§ 1º e 2º) .....	1103
c) Funcionamento do Congresso Nacional .....	1104
c.1) Legislatura: significado e período de duração .....	1104
c.2) Sessões legislativas.....	1105
c.3) Recesso parlamentar .....	1106
c.4) Deliberações parlamentares.....	1107
c.4.1) Quórum.....	1107
c.4.2) Técnica de positivação constitucional das maiorias.....	1107
d) Voto de liderança e princípio da colegialidade.....	1108
3.2. Câmara dos Deputados.....	1108
a) Eleição de deputados federais no Distrito Federal .....	1110
b) Sistema proporcional .....	1110
c) Competência privativa da Câmara dos Deputados.....	1112
3.3. Senado Federal .....	1113
a) Sistema majoritário.....	1114

b) Competência privativa do Senado Federal.....	1114
3.4. Estatuto dos Congressistas .....	1119
3.5. Origem e crise das imunidades parlamentares .....	1119
3.6. Disciplina constitucional das imunidades parlamentares .....	1121
3.7. Imunidade material (CF, art. 53, <i>caput</i> ) .....	1121
a) Como funciona a imunidade material.....	1122
b) Imunidade material após o advento da EC n. 35/2001 .....	1123
c) Extensão da imunidade material .....	1124
d) Imunidade material na jurisprudência do STF.....	1124
d.1) Irrenunciabilidade das imunidades .....	1125
d.2) Licenciamento para exercício de cargo no Poder Executivo.....	1125
d.3) Crimes contra a honra.....	1125
d.4) Proteção no exercício do mandato ou em razão dele.....	1126
d.5) Efeitos temporais da imunidade material.....	1128
d.6) Depoimento prestado em CPI .....	1128
d.7) Propaganda eleitoral.....	1129
d.8) Declaração em jornais e insuficiência de provas.....	1129
3.8. Imunidade processual (CF, art. 53, §§ 1º a 5º) .....	1129
a) Conteúdo da imunidade processual .....	1130
b) Abrangência da imunidade processual.....	1130
c) Extensão no tempo da imunidade processual .....	1131
d) Imunidade processual na jurisprudência do STF.....	1131
d.1) Prerrogativa de foro em razão da função.....	1132
d.2) Prerrogativa de foro nas infrações penais comuns .....	1133
d.3) Arquivamento da denúncia .....	1133
d.4) Cancelamento da Súmula 394 do STF.....	1134
d.5) Atualidade do mandato e competência do STF .....	1135
d.6) Desnecessidade de licença prévia para o processo de parlamentares .....	1135
d.7) Deliberação do pedido de processo parlamentar à Casa legislativa .....	1136
d.8) Superveniência da EC n. 35/2001.....	1136
e) Pedido de sustação e prescrição suspensa (CF, art. 53, §§ 4º e 5º).....	1138
3.9. Isenção do dever de testemunhar (CF, art. 53, § 6º).....	1139
3.10. Incorporação às Forças Armadas (CF, art. 53, § 7º, <i>c/c</i> o art. 143).....	1140
3.11. Imunidade parlamentar durante o estado de sítio (CF, art. 53, § 8º).....	1140
3.12. Incompatibilidades (CF, art. 54) .....	1140
3.13. Perda do mandato parlamentar (CF, art. 55, §§ 1º a 3º) .....	1141
3.14. Renúncia do mandato parlamentar (CF, art. 55, § 4º) .....	1144
3.14.1. Renúncia de parlamentar extingue a competência do STF .....	1145
3.15. Afastamento do congressista (CF, art. 56, I e II).....	1145
3.16. Suplência parlamentar (CF, art. 56, §§ 1º e 2º) .....	1146
3.17. Vencimentos dos parlamentares: competência para fixar subsídios .....	1147
3.18. Comissões parlamentares .....	1148
3.19. Comissões permanentes.....	1149
3.20. Comissões temporárias ou especiais .....	1150
3.21. Comissões mistas.....	1150
3.22. Comissões parlamentares de inquérito .....	1151
a) Para que servem as CPIs .....	1152
b) Quórum de criação das CPIs .....	1153
c) Poderes investigatórios das CPIs .....	1154
c.1) Poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.....	1156
d) CPIs podem ordenar prisões?.....	1162
e) Limites constitucionais às CPIs.....	1163
f) Controle judicial das CPIs.....	1165



g) Medidas processuais contra atos das CPIs .....	1166
h) Intimação para depor em CPI.....	1169
i) Duração do inquérito parlamentar e prorrogação do prazo .....	1171
j) Direito ao silêncio e privilégio contra a autoincriminação .....	1174
k) Direito ao sigilo e decisão parlamentar fundamentada .....	1179
l) Prerrogativas profissionais do advogado .....	1183
m) Contraditório e ampla defesa no inquérito parlamentar .....	1185
n) Princípio da reserva de jurisdição no inquérito parlamentar .....	1187
o) Relatório.....	1189
p) Responsabilidade civil ou criminal dos infratores .....	1190
3.23. Comissão parlamentar representativa .....	1191
3.24. Processo legislativo.....	1191
3.24.1. Processo legislativo na Constituição de 1988 .....	1192
3.24.2. Classificação do processo legislativo .....	1194
3.24.3. Fases de elaboração das leis e atos normativos .....	1194
a) Procedimento legislativo ordinário (ou comum) .....	1195
a.1) Fase introdutória do procedimento legislativo ordinário: a iniciativa de lei.....	1195
a.1.1) Iniciativa do Presidente da República (CF, art. 61, § 1º).....	1196
a.1.2) Iniciativa de lei do Poder Judiciário .....	1201
a.1.3) Iniciativa de lei para fixação do teto salarial .....	1202
a.1.4) Iniciativa de lei do Ministério Público .....	1203
a.1.5) Iniciativa popular de lei .....	1204
a.2) Fase constitutiva do procedimento legislativo ordinário: as deliberações .....	1204
a.2.1) Deliberação parlamentar.....	1204
a.2.1.1) Emenda parlamentar .....	1207
a.2.1.2) Votação .....	1207
a.2.1.3) Prazo para deliberação parlamentar .....	1208
a.2.2) Deliberação executiva.....	1208
a.2.2.1) Sanção.....	1208
a.2.2.2) Veto presidencial .....	1209
a.3) Fase complementar do procedimento legislativo ordinário: a certificação e a comunicação.....	1211
a.3.1) Promulgação.....	1211
a.3.2) Publicação .....	1212
b) Procedimento legislativo sumário.....	1212
c) Procedimento legislativo especial .....	1213
3.25. Espécies normativas .....	1214
a) Hierarquia entre as espécies normativas .....	1214
b) Atributos das espécies normativas .....	1215
3.25.1. Emendas à Constituição .....	1216
a) Procedimento legislativo especial das emendas à Constituição.....	1216
a.1) Fase introdutória do procedimento legislativo especial de emenda .....	1217
a.2) Fase constitutiva do procedimento legislativo especial de emenda .....	1217
a.3) Fase complementar do procedimento legislativo especial de emenda.....	1218
3.25.2. Leis complementares .....	1218
a) Natureza das leis complementares .....	1218
b) Surgimento das leis complementares no Brasil .....	1219
c) Diferenças entre leis complementares e leis ordinárias.....	1219
d) Há hierarquia entre leis complementares e leis ordinárias?.....	1220
e) Procedimento legislativo especial das leis complementares .....	1220
f) Alcance das leis complementares na visão do STF.....	1220
3.25.3. Leis ordinárias .....	1221
a) Campo de incidência das leis ordinárias.....	1222

b) Lei ordinária como ato complexo.....	1222
3.25.4. Leis delegadas.....	1222
a) Justificativa das leis delegadas.....	1223
b) Natureza das leis delegadas.....	1223
c) Surgimento no Brasil.....	1223
d) Procedimento legislativo especial das leis delegadas.....	1223
e) Poder congressional de sustar leis delegadas.....	1226
3.25.5. Medidas provisórias.....	1226
a) De onde vieram as medidas provisórias?.....	1227
b) Medida provisória e decreto-lei: diferenças.....	1228
c) Questões suscitadas das medidas provisórias.....	1229
d) Natureza das medidas provisórias.....	1229
e) Efeitos imediatos das medidas provisórias.....	1230
f) Características das medidas provisórias.....	1230
f.1) Excepcionalidade.....	1230
f.2) Efemeridade.....	1230
f.3) Precariedade.....	1231
f.4) Condicionamento.....	1231
g) Pressupostos constitucionais de admissibilidade.....	1231
h) Procedimento elaborativo especial das medidas provisórias.....	1234
h.1) Aprovação integral de medidas provisórias.....	1235
h.2) Aprovação da medida provisória com modificações pelo Congresso Nacional.....	1237
h.3) Rejeição expressa da medida provisória pelo Congresso Nacional.....	1238
h.4) Rejeição tácita da medida provisória pelo Congresso Nacional.....	1239
i) Medida provisória já editada: obrigatoriedade de apreciação do Congresso Nacional.....	1240
j) Medidas provisórias editadas antes da publicação da EC n. 32/2001.....	1241
k) Medida provisória e lei anterior a ela.....	1241
l) Consequências da conversão de medida provisória em lei.....	1242
m) Governadores e prefeitos podem expedir medidas provisórias?.....	1243
n) Proibições materiais constitucionais à edição de medidas provisórias.....	1244
n.1) Proibição do art. 246 da Carta de 1988.....	1245
n.2) Proibição em matéria reservada à lei delegada.....	1245
n.3) Proibição do art. 62, § 1º, II, da Carta de 1988.....	1245
n.4) Proibição em matéria reservada à lei complementar.....	1245
n.5) Proibição do art. 62, § 1º, IV, da Carta de 1988.....	1246
n.6) Proibição em matéria tributária.....	1246
n.7) Proibição em matéria penal.....	1248
o) O § 6º do art. 62 da CF aplica-se, apenas, aos projetos de lei ordinária.....	1249
3.25.6. Decretos legislativos.....	1250
a) Procedimento legislativo especial de formação dos decretos legislativos.....	1250
b) Decretos legislativos em face dos atos e tratados internacionais.....	1250
c) Características da incorporação dos atos e tratados via decreto legislativo.....	1250
3.25.7. Resoluções.....	1251
a) Natureza e efeitos das resoluções.....	1251
b) Campo de incidência das resoluções.....	1252
c) Espécies de resolução.....	1252
d) Procedimento legislativo especial de formação das resoluções.....	1252
4. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.....	1253
4.1. Função fiscalizatória na Constituição.....	1253
4.2. Modalidades de fiscalização.....	1254
4.3. Formas de controle.....	1254
a) Controle externo.....	1254
b) Controle interno (ou autocontrole).....	1254

4.4. Quem deve prestar contas?.....	1255
4.5. Participação popular no controle externo da Administração Pública .....	1255
4.6. Tribunais de Contas.....	1255
a) Missão dos Tribunais de Contas .....	1256
b) Tribunais de Contas perante as leis inconstitucionais .....	1256
4.7. Tribunal de Contas da União.....	1256
a) Composição do Tribunal de Contas da União.....	1257
b) Competências do Tribunal de Contas da União .....	1258
4.8. Tribunais de Contas estaduais, distrital e municipais.....	1261
4.9. Tribunal de Contas e rejeição das contas do Chefe do Executivo.....	1263
5. Poder Executivo.....	1263
5.1. Presidencialismo .....	1264
5.2. Presidente da República: chefe de Estado e chefe de governo .....	1265
5.3. Vice-Presidente da República.....	1267
5.4. Eleição e posse do Presidente e do Vice-Presidente da República.....	1268
5.5. Vacância da Presidência da República .....	1271
5.6. Substitutos e sucessores do Presidente da República.....	1271
a) Substitutos do Presidente da República.....	1271
b) Sucessão presidencial na hipótese de vacância definitiva.....	1272
5.7. Ausência do Brasil por mais de quinze dias: perda do mandato presidencial.....	1273
5.8. Atribuições privativas do Presidente da República.....	1273
a) Princípio da delegação de competência presidencial.....	1273
5.9. Responsabilidade do Presidente da República .....	1274
5.9.1. Crimes de responsabilidade do Presidente da República.....	1275
a) Que são crimes de responsabilidade?.....	1275
b) Crimes de responsabilidade: infrações constitucionais ou político-administrativas ..	1276
c) Crimes de responsabilidade: natureza e caracteres .....	1276
d) Surgimento e evolução dos crimes de responsabilidade no Brasil.....	1277
e) Crimes de responsabilidade na Constituição de 1988 .....	1277
f) Crimes de responsabilidade: processo e julgamento.....	1278
g) Imunidade presidencial: cláusula de irresponsabilidade penal relativa.....	1279
5.9.2. Crimes comuns do Presidente da República.....	1281
5.9.3. Competência para julgar crimes comuns e de responsabilidade .....	1282
5.10. <i>Impeachment</i> do Presidente da República .....	1284
a) Origem do <i>impeachment</i> .....	1285
b) Evolução do <i>impeachment</i> no Brasil .....	1285
c) Perfil do <i>impeachment</i> na Constituição de 1988.....	1286
d) Desenvolvimento do processo de <i>impeachment</i> .....	1289
e) Pena de inabilitação por oito anos.....	1290
f) <i>Impeachment</i> e condenação criminal .....	1292
g) Renúncia e extinção do <i>impeachment</i> .....	1292
5.11. Poder Executivo federal, estadual, distrital, municipal e territorial.....	1292
a) Governador e vice-governador: dupla vacância e possibilidade de eleição indireta pela Assembleia Legislativa.....	1294
5.12. Órgãos auxiliares do Presidente da República.....	1297
a) Ministros de Estado.....	1297
b) Conselho da República .....	1299
c) Conselho de Defesa Nacional .....	1299
6. Poder Judiciário .....	1300
6.1. Funções típicas e atípicas do Poder Judiciário.....	1300
6.2. Estatuto da Magistratura — reserva de lei complementar federal .....	1302
6.3. Princípios constitucionais-estatutários da magistratura.....	1303
6.4. Regra do quinto constitucional .....	1305
6.5. Garantias do Poder Judiciário .....	1306

a)	Garantias institucionais da magistratura .....	1307
a.1)	Autonomia orgânico-administrativa do Poder Judiciário.....	1307
a.1.1)	O art. 102 da Lei Complementar n. 35/1979 foi recepcionado pela Carta de 1988? .....	1310
a.2)	Autonomia administrativa, financeira e orçamentária do Poder Judiciário.....	1311
a.2.1)	Princípio do autogoverno da magistratura .....	1311
b)	Garantias funcionais da magistratura .....	1312
b.1)	Garantias funcionais de liberdade .....	1312
b.1.1)	Vitaliciedade .....	1312
b.1.2)	Inamovibilidade.....	1313
b.1.3)	Irredutibilidade de subsídio.....	1313
b.2)	Garantias funcionais de imparcialidade.....	1314
6.6.	<b>Precatórios judiciais</b> .....	1315
a)	Obrigatoriedade da inclusão do precatório no orçamento dos entes públicos .....	1318
b)	Débitos de natureza alimentícia .....	1318
c)	Consignação ao Poder Judiciário de dotações e créditos .....	1320
d)	Regra das obrigações definidas em leis como de pequeno valor .....	1320
e)	Análise da Emenda Constitucional n. 62/2009.....	1321
e.1)	Teor do art. 100 da Constituição Federal após o advento da EC n. 62/2009 .....	1324
e.2)	Ações diretas de inconstitucionalidade contra a EC n. 62/2009: entendimento do STF.....	1326
f)	Emenda Constitucional n. 94/2016.....	1327
6.7.	<b>Órgãos do Poder Judiciário</b> .....	1329
6.8.	<b>Supremo Tribunal Federal</b> .....	1331
a)	Supremo Tribunal Federal e a Suprema Corte dos Estados Unidos.....	1333
b)	Supremo Tribunal Federal: Corte Constitucional do Brasil? .....	1334
c)	Composição do Supremo Tribunal Federal .....	1335
d)	Competências do Supremo Tribunal Federal.....	1336
d.1)	Princípio da taxatividade constitucional das competências do STF.....	1337
d.1.1)	Desmembramento do processo do “Mensalão” (AP 470/MG) .....	1339
d.2)	Competência originária do Supremo Tribunal Federal.....	1341
d.3)	Competência recursal do Supremo Tribunal Federal.....	1346
d.3.1)	Recurso ordinário constitucional.....	1346
d.3.2)	Recurso extraordinário.....	1348
d.3.2.1)	Repercussão geral das questões constitucionais.....	1350
d.3.2.1.1)	Não cabe recurso no STF para solucionar equívocos na aplicação da repercussão geral.....	1352
d.3.2.2)	Recurso extraordinário nas causas decididas em única ou última instância .....	1352
e)	Súmula vinculante .....	1356
6.8.1.	<b>Conselho Nacional de Justiça</b> .....	1375
a)	Composição do Conselho Nacional de Justiça .....	1377
b)	Competência do Conselho Nacional de Justiça.....	1378
c)	Controle dos atos do Conselho Nacional de Justiça .....	1379
6.9.	<b>Superior Tribunal de Justiça</b> .....	1380
a)	Composição do Superior Tribunal de Justiça.....	1381
b)	Competências do Superior Tribunal de Justiça.....	1381
b.1)	Competência originária do Superior Tribunal de Justiça.....	1382
b.2)	Competência recursal do Superior Tribunal de Justiça .....	1385
b.2.1)	Recurso ordinário para o STJ.....	1385
b.2.2)	Recurso especial.....	1386
b.2.2.1)	Arguição de inconstitucionalidade em recurso especial.....	1388
b.2.2.2)	Recurso especial e tutela de princípio geral de direito .....	1389
c)	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.....	1390
d)	Conselho da Justiça Federal .....	1390

6.10. Tribunais Regionais Federais e juízes federais .....	1391
a) Órgãos da Justiça Federal.....	1392
a.1) Tribunais Regionais Federais .....	1392
a.1.1) Composição dos Tribunais Regionais Federais.....	1392
a.1.2) Competências dos Tribunais Regionais Federais .....	1393
a.1.2.1) Competência originária dos Tribunais Regionais Federais .....	1393
a.1.2.2) Competência recursal dos Tribunais Regionais Federais .....	1395
a.2) Juízes federais .....	1395
a.2.1) Organização da Justiça Federal de primeiro grau .....	1395
a.2.2) Competência dos juízes federais .....	1395
a.2.3) Regras complementares de competência dos juízes federais .....	1399
6.11. Tribunais e juízes do trabalho .....	1401
a) Organização da Justiça do Trabalho .....	1401
a.1) Tribunal Superior do Trabalho .....	1401
a.2) Tribunais Regionais do Trabalho .....	1402
a.3) Juízes do trabalho.....	1403
b) Competência da Justiça do Trabalho.....	1404
b.1) Amplitude do art. 114 da Constituição Federal.....	1405
b.2) Desdobramento do art. 114 da Constituição Federal.....	1406
6.12. Tribunais e juízes eleitorais.....	1409
a) Órgãos da Justiça Eleitoral.....	1410
a.1) Tribunal Superior Eleitoral .....	1410
a.2) Tribunais Regionais Eleitorais.....	1410
a.3) Juízes e Juntas Eleitorais .....	1412
6.13. Tribunais e juízes militares.....	1413
a) Órgãos da Justiça Militar .....	1413
a.1) Superior Tribunal Militar .....	1413
a.2) Tribunais e juízes militares.....	1414
6.14. Tribunais e juízes dos Estados .....	1415
a) Princípios organizatórios da Justiça comum .....	1415
b) Usurpação de iniciativa reservada.....	1415
c) Competência dos Tribunais de Justiça.....	1416
d) Organização da Justiça Militar estadual.....	1417
6.15. Juizados especiais .....	1418
a) Fundamento constitucional dos juizados especiais .....	1419
b) Juizados cíveis e criminais .....	1420
c) Distinção entre juizados especiais e juizados de pequenas causas .....	1420
d) Procedimento sumariíssimo .....	1421
e) Juizados especiais no âmbito da Justiça Federal .....	1421
6.16. Juizados de paz .....	1421

## Capítulo 22 — FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

1. Que são funções essenciais à Justiça? .....	1424
2. Ministério Público .....	1425
2.1. Origem do Ministério Público .....	1425
2.2. Surgimento do Ministério Público no Brasil .....	1426
2.3. Evolução do Ministério Público nas Constituições brasileiras.....	1426
2.4. Ministério Público na Constituição de 1988.....	1427
2.5. Posição institucional do Ministério Público .....	1429
2.6. Natureza administrativa das funções do Ministério Público .....	1430
2.7. Princípios institucionais do Ministério Público.....	1430
a) Unidade.....	1431
b) Indivisibilidade.....	1431
c) Independência funcional .....	1431

c.1) Autonomia funcional e administrativa do Ministério Público.....	1432
c.2) Autonomia orçamentária e financeira do Ministério Público .....	1433
2.8. Organização constitucional do Ministério Público .....	1434
a) Ministério Público da União: nomeação e destituição do Procurador-Geral da República..	1434
b) Ministérios Públicos dos Estados, Distrito Federal e Territórios: nomeação e destituição do Procurador-Geral de Justiça .....	1436
2.9. Ingresso na carreira do Ministério Público .....	1437
2.10. Garantias do Ministério Público .....	1439
a) Garantias institucionais do Ministério Público.....	1440
b) Garantias funcionais do Ministério Público .....	1440
b.1) Garantias funcionais de liberdade.....	1440
b.1.1) Vitaliciedade.....	1440
b.1.2) Inamovibilidade.....	1441
b.1.3) Irredutibilidade de subsídio.....	1442
b.2) Garantias funcionais de imparcialidade .....	1442
2.11. Funções institucionais do Ministério Público.....	1445
a) Funções ministeriais previstas na Constituição Federal.....	1445
a.1) Legitimidade do Ministério Público para propor ações civis .....	1447
a.2) O Ministério Público tem poder de investigação criminal? .....	1447
a.2.1) Posicionamento do Supremo Tribunal Federal .....	1449
b) Funções ministeriais previstas na Lei n. 8.625/93 .....	1453
2.12. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União .....	1454
a) Ministério Público junto aos Tribunais de Contas estaduais.....	1455
2.13. Conselho Nacional do Ministério Público .....	1455
a) Composição do Conselho Nacional do Ministério Público .....	1456
b) Competência do Conselho Nacional do Ministério Público.....	1457
3. Advocacia Pública.....	1457
3.1. Advocacia-Geral da União .....	1457
3.2. Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal.....	1459
4. O profissional da advocacia .....	1460
4.1. Mandamentos do advogado.....	1462
4.2. Princípio constitucional da indispensabilidade do advogado .....	1462
4.3. Inviolabilidade do advogado.....	1463
4.4. Habilitação e exercício da advocacia.....	1465
4.5. Livre ingresso em repartições públicas.....	1466
4.6. Natureza jurídica dos honorários advocatícios.....	1466
4.7. Inconstitucionalidade da atuação da OAB no lugar da Defensoria Pública.....	1466
5. Defensoria Pública.....	1466
5.1. Essencialidade da Defensoria Pública.....	1467
5.1.1. Perfil constitucional dos Defensores Públicos.....	1468
5.1.2. Emenda Constitucional n. 80, de 4 de junho de 2014.....	1469
a) <i>Locus</i> constitucional.....	1469
b) <i>Status</i> de permanência.....	1470
c) Princípios institucionais da Defensoria Pública .....	1470
d) A terminologia “aplicando-se no que couber” .....	1470
e) A “PEC das Comarcas” e o prazo de 8 anos .....	1471
5.2. Organização da Defensoria Pública: Lei Complementar n. 132, de 7-10-2009 .....	1471

## Capítulo 23 — DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

1. Equilíbrio e estabilidade na ordem constitucional .....	1474
1.1. Defesa do Estado .....	1474
1.2. Defesa das instituições democráticas .....	1474
2. Sistema constitucional de crises .....	1475
2.1. Medidas excepcionais das situações de crise: estados de defesa e de sítio.....	1475

2.1.1.	O estado de defesa (CF, art. 136, §§ 1º a 7º) .....	1477
a)	Pressupostos materiais e formais de decretação .....	1477
b)	Prisão no estado de defesa .....	1478
c)	O estado de defesa sujeita-se aos controles jurisdicional e político .....	1478
2.1.2.	O estado de sítio (CF, arts. 137 a 139) .....	1479
a)	Pressupostos materiais e formais de decretação .....	1479
b)	Tipos de estado de sítio .....	1480
c)	Efeitos da decretação do estado de sítio .....	1480
d)	O estado de sítio também se sujeita aos controles jurisdicional e político .....	1480
2.1.3.	Diferenças entre o estado de defesa e o estado de sítio .....	1481
2.1.4.	Disposições comuns aos estados de defesa e de sítio (CF, arts. 140 e 141) .....	1482
3.	Forças Armadas .....	1482
3.1.	Importância das Forças Armadas .....	1482
3.2.	Composição das Forças Armadas .....	1483
3.3.	Instituições nacionais, permanentes e regulares .....	1483
3.4.	Hierarquia e disciplina .....	1483
3.5.	Provisões constitucionais das Forças Armadas (CF, arts. 142 e 143) .....	1484
4.	Segurança pública .....	1487
4.1.	Órgãos da segurança pública (CF, art. 144, I a V) .....	1488
5.	Emenda Constitucional n. 60, de 11-11-2009 .....	1490

## Capítulo 24 — SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO

1.	Bases constitucionais da tributação .....	1491
2.	Componentes do sistema constitucional tributário .....	1493
2.1.	Impostos (CF, arts. 145, I, e 153 a 156) .....	1494
2.1.1.	Impostos federais: competência da União .....	1494
2.1.2.	Impostos estaduais/distritais: competência dos Estados e do Distrito Federal .....	1497
2.1.3.	Impostos municipais: competência dos Municípios .....	1499
2.2.	Taxas (CF, art. 145, II) .....	1500
2.3.	Empréstimos compulsórios (CF, art. 148) .....	1502
2.4.	Contribuições especiais (arts. 145, III, e 149) .....	1503
3.	Prevenção de conflitos tributários .....	1506
3.1.	Lei complementar tributária .....	1506
3.1.1.	Normas gerais em matéria tributária .....	1507
4.	Limitações constitucionais ao poder de tributar .....	1510
4.1.	Imunidades .....	1510
4.2.	Vedação de privilégios odiosos .....	1513
4.3.	Princípios constitucionais tributários .....	1516
4.3.1.	Princípios constitucionais tributários expressos .....	1517
a)	Princípio da legalidade tributária (art. 150, I) .....	1517
b)	Princípio da igualdade tributária (art. 150, II) .....	1518
c)	Princípio da capacidade contributiva (art. 145, § 1º) .....	1518
d)	Princípio da irretroatividade da lei tributária (art. 150, III, <i>a</i> ) .....	1518
e)	Princípio da anterioridade tributária (art. 150, III, <i>b</i> ) .....	1519
f)	Princípio da carência tributária (art. 150, III, <i>c</i> ) .....	1521
g)	Princípio da proibição de confisco (art. 150, IV) .....	1521
h)	Princípio da liberdade de tráfego (art. 150, V) .....	1522
4.3.2.	Princípios constitucionais tributários decorrentes .....	1522
a)	Princípio da universalidade (art. 153, § 2º, I) .....	1522
b)	Princípio da destinação pública dos tributos (art. 145) .....	1522
c)	Princípio da não surpresa (art. 5º, II, <i>c/c</i> o art. 150, I) .....	1523
4.3.3.	Princípios constitucionais tributários vedatórios .....	1524
a)	Princípio da uniformidade tributária (art. 151, I) .....	1524
b)	Princípio da limitação de rendas (art. 151, II) .....	1525

c) Princípio do poder de isenção (art. 151, III) .....	1525
d) Princípio da não diferenciação tributária (art. 152) .....	1525
4.3.4. Princípios constitucionais tributários específicos .....	1525
a) Princípio da progressividade (arts. 153, § 2º, I; 156, § 1º; 182, § 4º, II) .....	1525
b) Princípio da não cumulatividade do imposto (arts. 153, IV, § 3º, II; 155, II, § 2º, I) .....	1526
c) Princípio da seletividade do imposto (art. 153, IV, e § 3º, I) .....	1527
5. Repartição das receitas tributárias .....	1527

## Capítulo 25 — FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO

1. Colocação da matéria .....	1530
2. Finanças públicas .....	1530
2.1. Normas gerais sobre finanças públicas .....	1531
2.2. Banco Central .....	1531
3. Orçamento .....	1532
3.1. Orçamento público na Constituição de 1988 .....	1533
3.2. Organização dos orçamentos públicos .....	1534
a) Receita pública .....	1534
b) Despesa pública .....	1534
3.3. Espécies de orçamento público e as leis de iniciativa do Executivo .....	1536
a) Lei complementar financeira .....	1536
b) Lei plurianual .....	1536
c) Lei de diretrizes orçamentárias .....	1537
d) Lei orçamentária anual .....	1538
3.4. Orçamento-programa .....	1539
a) Orçamento-programa na Constituição de 1988 .....	1540
3.5. Princípios constitucionais orçamentários .....	1540
a) Princípio constitucional da universalidade orçamentária .....	1541
b) Princípio constitucional da unidade orçamentária .....	1541
c) Princípio constitucional da programação orçamentária .....	1542
d) Princípio constitucional da pureza orçamentária .....	1542
e) Princípio constitucional do equilíbrio orçamentário .....	1543
f) Princípio constitucional da legalidade orçamentária .....	1543
g) Princípio constitucional da anualidade orçamentária .....	1543
h) Princípio constitucional da plurianualidade das despesas de investimento .....	1544
i) Princípio constitucional da não afetação da receita .....	1545
j) Princípio constitucional da quantificação dos créditos orçamentários .....	1545
3.6. Elaboração das leis orçamentárias .....	1545
3.7. Apreciação das leis orçamentárias .....	1546
3.8. Apresentação de emendas ao projeto das leis orçamentárias .....	1547
3.9. Rejeição do projeto da lei orçamentária anual .....	1548
3.10. Emenda Constitucional n. 86, de 17 de março de 2015 .....	1548

## Capítulo 26 — ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

1. Significado e amplitude .....	1551
2. Constituição econômica .....	1551
3. Ordenamento econômico composto e interpretação da ordem econômica .....	1552
4. Princípios gerais da atividade econômica .....	1552
5. Normas constitucionais da atividade econômica .....	1556
5.1. Remessa de lucros (CF, art. 172) .....	1556
5.2. Exploração direta de atividade econômica (CF, art. 173) .....	1557
5.3. Intervenção do Estado no domínio econômico (CF, art. 174) .....	1561
5.4. Exploração de serviços públicos (CF, art. 175) .....	1564
5.5. Exploração dos recursos minerais e energia hidráulica (CF, art. 176) .....	1564
5.6. Monopólios (CF, art. 177) .....	1565
5.7. Ordenação de transportes (CF, art. 178) .....	1567



5.8. Microempresas e empresas de pequeno porte (CF, art. 179).....	1568
5.9. Incentivo ao turismo (CF, art. 180) .....	1569
5.10. Requisição de documento ou informação comercial (CF, art. 181) .....	1569
6. Política urbana.....	1569
6.1. Normas constitucionais da política urbana.....	1570
a) Política de desenvolvimento urbano (CF, art. 182).....	1570
b) Usucapião pró-moradia (CF, art. 183) .....	1572
7. Política agrícola, fundiária e reforma agrária .....	1573
7.1. Política agrícola .....	1574
7.2. Política fundiária .....	1574
a) Alienação ou concessão de terras públicas (CF, art. 188, § 1º).....	1575
b) Distribuição de imóveis rurais (CF, art. 189) .....	1575
c) Aquisição ou arrendamento de propriedade rural (CF, art. 190).....	1576
d) Usucapião <i>pro labore</i> (CF, art. 191).....	1576
7.3. Reforma agrária .....	1577
a) Títulos da dívida agrária (CF, art. 184, <i>caput</i> ).....	1579
b) Indenização das benfeitorias úteis e necessárias (CF, art. 184, § 1º).....	1580
c) Decreto expropriatório (CF, art. 184, § 2º).....	1582
d) Procedimento contraditório especial (CF, art. 184, § 3º) .....	1583
e) Previsão orçamentária dos TDAs (CF, art. 184, § 4º).....	1583
f) Imunidade tributária (CF, art. 184, § 5º).....	1583
8. Sistema financeiro nacional .....	1583
8.1. Emenda Constitucional n. 40/2003 e o art. 192 da Constituição .....	1584
8.2. Irretroatividade da EC n. 40/2003.....	1585
8.3. Desconstitucionalização via EC n. 40/2003.....	1585
8.4. Revogação dos incisos, alíneas e parágrafos do art. 192 .....	1585
8.5. Missão do Poder Judiciário em face da EC n. 40/2003 .....	1586
8.6. Enquanto as leis complementares não forem editadas .....	1586
8.7. Limite da taxa de juros: perdura a discussão após a EC n. 40/2003?.....	1587
a) Limite da taxa de juros: polêmica que não precisava existir .....	1588
b) Limite da taxa de juros em face do estado permanente de mora legislativa .....	1590
c) Posições de vanguarda no Poder Judiciário.....	1590
8.8. Juros no Superior Tribunal de Justiça .....	1591
a) Cobrança de juros além do limite de 12% ao ano .....	1592
b) Cédulas de crédito rural, comercial e industrial.....	1592
c) Cobrança cumulada de juros remuneratórios e moratórios.....	1593
d) Cobrança de juros remuneratórios e comissão de permanência .....	1593
e) Cobrança da comissão de permanência pela taxa de mercado.....	1593
f) Substituição da taxa mensal de juros pela taxa Selic.....	1594
g) Uso da TR como índice de correção monetária.....	1594
h) Relações jurídicas nos contratos entre bancos e consumidores.....	1594

## Capítulo 27 — ORDEM SOCIAL

1. Significado.....	1595
2. Seguridade social .....	1595
2.1. Objetivos da seguridade social .....	1596
2.2. Financiamento da seguridade social .....	1597
3. Saúde.....	1599
3.1. Diretrizes constitucionais das ações e serviços públicos de saúde .....	1600
3.2. Atribuição constitucional do Sistema Único de Saúde.....	1601
3.2.1. Agentes de saúde e agentes de combate às endemias na Emenda Constitucional n. 63/2010 .....	1604
3.3. Remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas.....	1604
3.4. Direito à saúde e políticas públicas .....	1605
4. Previdência social.....	1606

4.1. Organização da previdência social.....	1606
4.2. Vedações constitucionais previdenciárias.....	1608
a) Proibição de diferenciações (CF, art. 201, § 1º) .....	1608
b) Proibição de benefício inferior ao salário mínimo (CF, art. 201, § 2º).....	1608
c) Proibição de desatualização das contribuições (CF, art. 201, § 3º) .....	1608
d) Proibição aos “segurados facultativos” (CF, art. 201, § 5º) .....	1609
4.3. Regras constitucionais para a aposentadoria.....	1609
4.4. Previdência privada de caráter complementar.....	1613
5. Assistência social.....	1614
5.1. Perfil da assistência social na Carta de 1988.....	1615
5.2. Ações governamentais.....	1615
6. Educação, cultura e desporto.....	1616
6.1. Educação.....	1617
6.1.1. Educação como programa constitucional.....	1617
6.1.2. Princípios constitucionais do ensino.....	1618
6.1.2.1. Taxa de matrícula, gratuidade do ensino público e Súmula vinculante n. 12.....	1620
6.1.3. Autonomia universitária.....	1621
6.1.4. Garantias constitucionais da educação.....	1624
6.1.5. Educação infantil: obrigação constitucional do Município (CF, art. 208, IV).....	1626
6.1.6. Sistemas de ensino.....	1627
6.1.7. Financiamento do ensino público.....	1628
6.1.8. Destinação dos recursos públicos no setor educativo.....	1629
6.1.9. Plano decenal de educação.....	1629
6.2. Cultura.....	1630
6.2.1. Direitos constitucionais culturais.....	1631
6.2.2. Patrimônio cultural brasileiro.....	1631
6.2.3. Sistema Nacional de Cultura: a EC n. 71, de 29-11-2012.....	1633
6.3. Desporto.....	1634
6.3.1. Justiça desportiva.....	1635
a) Justiça desportiva.....	1635
b) Princípio do esgotamento da instância administrativa de curso forçado.....	1635
c) Não compete à Justiça desportiva processar e julgar questões trabalhistas.....	1636
d) Membros do Poder Judiciário não podem exercer funções na Justiça desportiva.....	1636
e) Súmula vinculante n. 2 e a proibição de funcionamento das casas de bingos.....	1636
f) Estatuto de Defesa do Torcedor.....	1637
7. Ciência e tecnologia.....	1638
8. Comunicação social.....	1639
8.1. Liberdade de comunicação social.....	1640
8.2. Limitações constitucionais à liberdade de comunicação social.....	1641
8.3. Princípios constitucionais dos meios de comunicação.....	1642
8.4. Propriedade de empresa jornalística, de radiodifusão sonora e de sons e imagens.....	1643
8.5. Renovação dos serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens.....	1643
8.6. Comunicação social e direito de antena.....	1644
9. Meio ambiente.....	1645
9.1. Meio ambiente ecologicamente equilibrado.....	1647
9.2. Encargos do Poder Público na preservação ambiental.....	1649
9.3. Normas assecuratórias do bem ambiental.....	1651
10. A família, a criança, o adolescente, o jovem e o idoso.....	1653
10.1. Família como base da sociedade.....	1654
10.1.1. Regras constitucionais das relações familiares.....	1656
10.1.2. Regras constitucionais do casamento.....	1657
10.1.3. Emenda Constitucional do divórcio.....	1658
10.1.4. União entre pessoas do mesmo sexo: posição do STF.....	1662
10.1.5. Realização, pelo SUS, de cirurgias de transgenitalização.....	1664
10.1.6. Transgêneros: possibilidade de alteração de registro civil sem mudança de sexo.....	1664

10.2. Proteção constitucional às crianças, aos adolescentes e aos jovens.....	1665
10.3. Amparo constitucional aos idosos.....	1667
10.3.1. Estatuto do Idoso: implementação do programa constitucional.....	1668
a) Objetivo do Estatuto do Idoso (art. 1 <sup>o</sup> ).....	1669
b) Extensão de direitos (art. 2 <sup>o</sup> ).....	1669
c) Princípio da solidariedade (art. 3 <sup>o</sup> ).....	1669
d) Garantia de prioridade no atendimento (art. 3 <sup>o</sup> , parágrafo único).....	1669
e) Direito ao envelhecimento saudável (arts. 8 <sup>o</sup> a 10).....	1670
f) Direito ao sustento (arts. 11 a 14).....	1670
g) Direito à saúde (arts. 15 a 19).....	1670
h) Gratuidade do transporte público (arts. 39 a 42).....	1671
i) Fiscalização do atendimento aos idosos (arts. 48 a 50).....	1672
j) Obrigações das entidades de atendimento (art. 50).....	1672
k) Prioridade na tramitação de procedimentos judiciais (art. 71).....	1673
11. Índios.....	1673
11.1. Tutela constitucional do indigenato.....	1674
11.2. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.....	1675
11.3. Usufruto exclusivo.....	1675
11.4. Mineração em terras indígenas.....	1676
11.5. Princípio da irremovibilidade dos índios.....	1676
11.6. Ocupação, domínio e posse das terras indígenas.....	1677
11.7. Demarcação das terras indígenas.....	1677
11.7.1. Demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol.....	1678
11.8. Defesa dos direitos e interesses dos índios.....	1684
11.9. Competência do STF e das Justiças Federal e Civil nas questões indígenas.....	1684
<b>Capítulo 28 — DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS</b>	
1. Significado.....	1686
2. Conteúdo das disposições constitucionais gerais.....	1687
3. Vedações à União (art. 234).....	1687
4. Criação de Estado (art. 235, I a XI).....	1687
5. Serviços notariais e de registro (art. 236, §§ 1 <sup>o</sup> a 3 <sup>o</sup> ).....	1689
6. Fiscalização e controle sobre comércio exterior (art. 237).....	1691
7. Venda e revenda de combustíveis (art. 238).....	1692
8. Arrecadação do PIS/PASEP (art. 239).....	1692
9. Ressalva às contribuições compulsórias (art. 240).....	1693
10. Disciplina legal dos consórcios e convênios de cooperação (art. 241).....	1693
11. Exceção ao princípio da gratuidade do ensino público (art. 242).....	1694
12. Expropriação de glebas pelo cultivo de plantas psicotrópicas (art. 243).....	1694
13. Acesso adequado aos portadores de deficiência (art. 244).....	1695
14. Assistência aos herdeiros e dependentes de vítimas de crime doloso (art. 245).....	1695
15. Proibição a medidas provisórias (art. 246).....	1696
16. Previsão legal de critérios para perda de cargos públicos (art. 247).....	1696
17. Observância ao teto remuneratório (art. 248).....	1697
18. Fundos de contribuições, bens, direitos e ativos (arts. 249 e 250).....	1697
<b>Capítulo 29 — DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS</b>	
1. Significado.....	1698
2. Natureza jurídica.....	1698
3. <i>Locus</i> das disposições constitucionais transitórias.....	1699
4. Objetivo das disposições constitucionais transitórias.....	1700
5. Disposições transitórias e princípio da recepção.....	1700
6. Disposições transitórias e emendas constitucionais.....	1701
Bibliografia.....	1703
Índice remissivo.....	1731